



MERCADOS E DEMOCRACIA



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / JUNHO DE 2008

VOLUME 13 / NÚMERO 6

<http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html>

Programas de Informações Internacionais:

Coordenador	Jeremy F. Curtin
Editor executivo	Jonathan Margolis

Diretor de criação	George Clack
Redator-chefe	Richard W. Huckaby
Editor-gerente	Bruce Odessey
Gerente de produção	Susan L. Doner
Assistente de gerente de produção	Sylvia Scott
Produtora Web	Janine Perry
Editora de cópias	Rosalie Targonski

Editora de fotografia	Maggie J. Sliker
Ilustração da capa	Diane Woolverton
Programador visual	Vincent Hughes
Especialistas em referências	Martin Manning Anita N. Green
Revisora do português	Marília Araújo

O Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica uma revista eletrônica mensal com o logo eJournal USA. Essas revistas analisam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições dos EUA.

A cada mês é publicada uma revista nova em inglês, seguida pelas versões em francês, português, espanhol e russo. Algumas edições também são publicadas em árabe, chinês e persa. Cada revista é catalogada por volume e por número.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais, em cujo caso é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Bureau de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos eletrônicos no endereço <http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html>. Comentários são bem-vindos na embaixada dos EUA no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, *eJournal USA*
IIP/PUBJ
U.S. Department of State
301 4th Street, SW
Washington, DC 20547
United States of America
E-mail: eJournalUSA@state.gov

Países mais bem classificados em mercados abertos e democracia

Países em negrito aparecem nas duas listas.

20 principais países do Índice de Liberdade Econômica

- | | |
|--------------------------|-----------------------|
| 1. Hong Kong | 11. Dinamarca |
| 2. Cingapura | 12. Estônia |
| 3. Irlanda | 13. Holanda |
| 4. Austrália | 14. Islândia |
| 5. Estados Unidos | 15. Luxemburgo |
| 6. Nova Zelândia | 16. Finlândia |
| 7. Canadá | 17. Japão |
| 8. Chile | 18. Ilhas Maurício |
| 9. Suíça | 19. Bahrein |
| 10. Reino Unido | 20. Bélgica |

Fonte: Fundação Heritage e *The Wall Street Journal*

20 principais países do Índice de Democracia

- | | |
|----------------------|----------------------------------|
| 1. Suécia | 11. Irlanda/Nova Zelândia |
| 2. Islândia | 13. Alemanha |
| 3. Holanda | 14. Áustria |
| 4. Noruega | 15. Malta |
| 5. Dinamarca | 16. Espanha |
| 6. Finlândia | 17. Estados Unidos |
| 7. Luxemburgo | 18. República Tcheca |
| 8. Austrália | 19. Portugal |
| 9. Canadá | 20. Bélgica/Japão |
| 10. Suíça | |

Fonte: *The Economist* © The Economist Newspaper Limited 2007.
Todos os direitos reservados.

Sobre Esta Edição

A Comissão de Crescimento e Desenvolvimento do Banco Mundial recentemente divulgou relatório analisando os fatores que promovem o crescimento econômico nos países em desenvolvimento. O grupo de especialistas internacionais, incluindo dois ganhadores do Prêmio Nobel, constataram que um fator essencial são “governos confiáveis, inclusivos e pragmáticos”. Outros fatores identificados pela comissão foram “a qualidade do debate” sobre políticas públicas, o vigor no combate à corrupção e a igualdade de oportunidades — todas características amplamente associadas com os sistemas democráticos.

O quadro acima mostra um ponto semelhante. Coloque os 20 primeiros países do Índice de Liberdade Econômica ao lado dos 20 países do Índice de Democracia. O que vê? Muita sobreposição. Trinta países aparecem nas duas listas. Parece haver, no mínimo, uma associação entre um livre mercado produtivo e uma forma democrática de governo.

Michael Mandelbaum, autor do livro *Democracy's Good Name [O Bom Nome da Democracia]*, é mais enfático. “A principal fonte de democracia política”, escreve nesta edição da revista *eJournal USA*, “é uma economia de livre mercado. Embora tenham existido e continuem a existir países que praticam a economia de livre mercado, mas não a política democrática, não há nenhum país no século 21

que seja uma democracia política sem ser uma economia de livre mercado.” No entanto, um artigo do ano passado do professor de políticas públicas Robert Reich publicado na respeitada revista *Foreign Policy* tem o título: “Como o Capitalismo Está Matando a Democracia”.

Certamente, a ligação entre mercados e democracia não é uma linha reta. Desde o lançamento de Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, de Adam Smith, em 1776, grandes pensadores econômicos como Max Weber, Joseph Schumpeter e Lester Thurow têm debatido essa relação complexa. É possível ter livre mercado sem democracia? Qual se desenvolve primeiro? O incentivo poderoso e universal do crescimento econômico pode resultar em mais democracia em países que não são democráticos?

Os especialistas internacionais que escrevem nesta edição apresentam algumas respostas a essas perguntas e apontam algumas variáveis importantes como oportunidades para a criação de riqueza, o papel da confiança social e conceitos de “voz” e responsabilidade. Nosso objetivo, no entanto, não é resolver um debate intelectual de séculos, mas aprofundar o entendimento de nossos leitores sobre as nuances do que é inegavelmente uma questão de importância para todos no mundo de hoje.

— Os editores



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / JUNHO DE 2008 / VOLUME 13 / NÚMERO 6
<http://www.america.gov/publications/ejournals.html>

MERCADOS E DEMOCRACIA

- 4 As Raízes da Democracia Moderna**
MICHAEL MANDELBAUM, PROFESSOR OF AMERICAN FOREIGN POLICY, JOHNS HOPKINS UNIVERSITY SCHOOL OF ADVANCED INTERNATIONAL STUDIES
Liberdade e autogoverno são dois componentes da democracia. O livre mercado chega primeiro e cria as condições adequadas para o surgimento da democracia.

- 7 Democracias Elásticas e Globalização**
CHAN HENG CHEE, EMBAIXADORA DE CINGAPURA NOS ESTADOS UNIDOS
Os países possuem graus variados de liberdade e democracia. Mercados abertos são necessários, mas não suficientes para a democracia. Experiências recentes mostram que os mercados abertos precedem a democracia.

OPORTUNIDADES DE RIQUEZA

- 9 As Raízes do Capitalismo Moderno**
BRUCE SCOTT, PROFESSOR DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE HARVARD
O capitalismo e a democracia geralmente não surgem juntos na história. Se poderão continuar a dominar os sistemas mundiais de comércio e governo é uma nova questão.
- 12 Marketização sem Democratização na China**
KELLEE S. TSAI, PROFESSORA DE CIÊNCIA POLÍTICA, UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS
Não esperem que a democracia surja em breve na China. Uma economia dinâmica e rendas mais altas podem, em vez disso, apenas promover a pronta capacidade de adaptação do governo.

- 15 Livre Mercado e Democracia: A Experiência Cubana**
OSCAR ESPINOSA CHEPE, ECONOMISTA
Décadas de opressão por um governo centralizado jogaram por terra a economia de Cuba. Sem liberdade, a população de Cuba não poderá jamais participar de uma economia globalizada.

O PAPEL DA CONFIANÇA SOCIAL

- 17 Democracia, Livre Iniciativa e Confiança**
WILLIAM A. REINSCH, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR
O livre mercado tende a reforçar a democracia. Algumas vezes a democracia fortalece o livre mercado, outras vezes não.

- 20 Economia de Mercado sem Democracia no Golfo**
JEAN-FRANCOIS SEZNEC, PROFESSOR ASSOCIADO VISITANTE DA UNIVERSIDADE DE GEORGETOWN
A maioria dos Estados do Golfo tem livre mercado, mas não tem eleições livres. Os governantes compartilham os benefícios da expansão econômica, mas não o poder político.

- 23 Democracia e Capitalismo: A Separação dos Gêmeos**
IVAN KRASSTEV, PRESIDENTE DO CENTRO PARA ESTRATÉGIAS LIBERAIS
O medo era que a Europa Central abraçasse a democracia e rejeitasse a economia de mercado. A situação agora é que a Europa Central aceitou o livre mercado, mas ficou insatisfeita com a democracia.

25 Efeitos do Conflito Étnico

DOH C. SHIN, PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA, E CHRISTOPHER D. RAYMOND, ASSISTENTE DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO, UNIVERSIDADE DE MISSOURI

Pesquisas demonstram que reformas políticas e econômicas reduzem os conflitos étnicos, mesmo em países onde uma minoria étnica domine a economia.

VOZ E RESPONSABILIDADE

29 Sobre Democracia e Desenvolvimento: Desafiando Extremos

SOBRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIANDO EXTREMOS

A longo prazo, liberdade de expressão e de imprensa juntamente com responsabilidade democrática fazem a diferença positiva no desenvolvimento econômico.

33 Mercados mais Livres Levarão a um Governo mais Democrático na Rússia?

ANDERS ÅSLUND, MEMBRO SÊNIOR DO INSTITUTO PETERSON DE ECONOMIA INTERNACIONAL

A Rússia voltou a adotar um modelo de governo autoritário, apesar do êxito econômico, do nível de educação e da sociedade relativamente aberta. A causa disso é a corrupção.

36 Bibliografia e Filmografia

As Raízes da Democracia Moderna

Michael Mandelbaum



Alm Young-Joon © AP Images

A liberdade de expressão e outras liberdades na Coréia do Sul são resultado do livre mercado

Liberdade e autogoverno são dois componentes da democracia na visão de Michael Mandelbaum. Segundo ele, o livre mercado chega primeiro e cria as condições adequadas para o surgimento da democracia. Mandelbaum ocupa a Cátedra Christian A. Herter de Política Internacional Americana na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins em Washington, D.C., e é autor do livro Democracy's Good Name: The Rise and Risks of the World's Most Popular Form of Government [O Bom Nome da Democracia: A Ascensão e os Riscos da Forma de Governo Mais Popular do Mundo] (Public Affairs, 2007).

A democracia tem mostrado uma incrível evolução ao longo das três últimas décadas. Em 1900 apenas dez países podiam ser considerados democráticos. Em meados do século o número havia aumentado para 30, e 25 anos mais tarde ainda permanecia o mesmo. Em 2005, contudo, 119 dos 190 países existentes eram democracias. Como isso aconteceu? Para responder a essa pergunta é importante começar com um entendimento claro da

própria democracia.

Para aqueles que usam o termo — e isso inclui quase todo mundo — democracia é um sistema político único, integrado e prontamente identificável. Do ponto de vista histórico, no entanto, como descrevo em meu livro *Democracy's Good Name: The Rise and Risks of the World's Most Popular Form of Government*, a democracia resultou da fusão de duas tradições políticas que, até bem depois do início do século 19, não eram apenas distintas, mas também vistas, por muitos, como totalmente incompatíveis uma com a outra.

As duas tradições políticas são liberdade e soberania popular ou autogoverno. A liberdade pertence aos indivíduos em particular, enquanto a soberania popular é propriedade da comunidade como um todo. Liberdade tem a ver com o que os governos fazem ou, mais precisamente, o que não podem fazer a seus cidadãos — eles são proibidos de cercear as liberdades individuais. Autogoverno, ao contrário, tem a ver com a forma de escolha dos governos — eles são escolhidos pelo povo. O autogoverno, portanto,



Michel Lipchitz / © AP Images

○ Dia da Bastilha em Paris comemora o nascimento da soberania popular

responde à pergunta sobre quem governa, enquanto a liberdade prescreve as normas de procedimento dos governantes, as regras que impõem limites às suas ações.

Os dois componentes da democracia têm histórias diferentes. A liberdade é a mais antiga das duas. Ela teve três estágios de desenvolvimento. A liberdade econômica, na forma de propriedade privada, pertence à tradição da Europa Ocidental proveniente da Roma Antiga. A liberdade religiosa nessa tradição — liberdade de culto — é antes de tudo o resultado da divisão da Europa Cristã causada pela Reforma Protestante dos séculos 16 e 17. A liberdade política surgiu depois das outras duas — a Grã-Bretanha do século 18 foi a primeira localidade a ter algo parecido com a moderna liberdade política — e isso implica a ausência de controle governamental sobre as liberdades de expressão e reunião e a participação política.

A soberania popular irrompeu no cenário mundial com a Revolução Francesa de 1789, que avançou a idéia de que o poder soberano deveria ser do povo como um todo e não de monarquias hereditárias. Uma vez que a idéia de o povo governar-se a si próprio diretamente, durante todo o tempo, é impraticável, foi criado um

veículo para a soberania popular: governo representativo, no qual todos os cidadãos adultos têm o direito ao voto e escolhem seus representantes em eleições livres, justas e abertas.

Até a segunda metade do século 19, era crença geral que a soberania popular destruiria a liberdade. Acreditava-se que se os indivíduos tivessem o poder supremo nas sociedades em que viviam, eles usurpariam os bens dos ricos e imporiam conformidade política e social a todos. Duas obras clássicas de análise política do século 19, o estudo em dois volumes *A Democracia na América*, do aristocrata francês Alexis de Tocqueville, e o ensaio “Sobre a Liberdade”, do inglês John Stuart Mill, ressaltam precisamente esse perigo. Contudo, até o século 20, estava claro que liberdade e soberania popular podiam coexistir pacificamente, como ocorre hoje em muitos países ao redor do mundo.

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

No final do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, uma importante razão para a fusão bem-sucedida das duas foi o desenvolvimento de programas governamentais de proteção social — pensões para idosos, seguro-desemprego e benefícios de assistência médica — que passaram a ser conhecidos, coletivamente, como rede de proteção social ou estado de bem-estar social. Como cada cidadão tem direito a esses benefícios, o estado de bem-estar social, na realidade, universalizou a distribuição da propriedade, o que, por sua vez, tornou a instituição da propriedade privada mais aceitável do que poderia ter sido.

A combinação de bem-estar social com liberdade e soberania popular tornou a democracia atraente. Assim também a história moderna seguiu nessa direção, que levou as democracias a se tornarem os países mais ricos e poderosos do mundo — a Grã-Bretanha no século 19 e os Estados Unidos no século 20. Nada é mais bem-sucedido do que o sucesso, e porque os países mais bem-sucedidos do mundo na segunda metade do século 20 — Europa Ocidental e Japão, bem como os Estados Unidos e Grã-Bretanha — eram democracias, outros começaram a imitá-los.

No entanto, uma coisa é aspirar à criação de um sistema de governo democrático, e outra bem diferente é realmente colocá-lo em funcionamento. Nesse ponto, é importante ressaltar a diferença entre os dois componentes da democracia. A soberania popular é um princípio político relativamente fácil de implementar. Eleições livres podem ser realizadas de forma rápida e econômica em quase toda parte.

A liberdade, no entanto, é bem mais difícil de ser alcançada. Ela requer instituições, inclusive, um sistema jurídico forte. Requer igualmente pessoas com habilidades e experiência para fazer essas instituições funcionarem. A liberdade só pode florescer em uma sociedade na qual os valores que apóiam essas instituições, tais como o respeito ao Estado de Direito, são comuns. Essas instituições, habilidades e valores não podem ser criados de imediato e não podem ser prontamente importados do exterior. Na Grã-Bretanha, por exemplo, eles evoluíram ao longo de muitos séculos. Isso levanta a questão de onde se originam. Como sociedades que carecem de instituições e práticas democráticas conseguem ter acesso a elas?

A principal fonte de democracia política, como explico em *Democracy's Good Name*, é uma economia de livre mercado. Embora tenham existido e continuem a existir países que praticam a economia de livre mercado, mas não a política democrática, não há nenhum país no século 21 que seja uma democracia política sem ser uma economia de livre mercado. A maioria dos países nos quais a democracia surgiu no último trimestre do século 20, em especial no Sul da Europa, na América Latina e no Leste e Sudeste Asiático, tinha contado no mínimo com o valor da experiência de uma geração na operação de uma economia de mercado em funcionamento.

MERCADOS FOMENTAM A DEMOCRACIA

Mercados livres fomentam a democracia de quatro formas diferentes. Primeiro, na essência de toda economia de livre mercado encontra-se a instituição da propriedade privada, e a propriedade privada em si mesma é uma forma de liberdade. Um país com livre mercado em funcionamento, portanto, já tem um componente importante de democracia política.

Segundo, mercados livres geram riqueza, e muitos estudos têm mostrado que quanto mais rico for um país, maior será a probabilidade de ele ser governado democraticamente. Pessoas ricas, ao contrário das pobres, têm tempo para a participação política que a democracia exige. A riqueza cria o que historicamente tem sido o pilar da democracia: uma classe média.

Terceiro, o livre mercado é o núcleo do que os cientistas sociais chamam de sociedade civil, a qual consiste de organizações e grupos em uma sociedade que são independentes do governo, tais como sindicatos de trabalhadores e associações religiosas e de classe. A sociedade civil fica entre o governo e o indivíduo. Ela limita o poder do governo e fornece o espaço social para atividades fora da esfera governamental. As organizações da sociedade civil contam com a economia de livre



A China passou a proteger a propriedade privada, por si uma forma de liberdade

mercado para financiá-las. Não pode haver democracia sem sociedade civil e sociedade civil sem uma economia de livre mercado em funcionamento.

Quarto, o livre mercado cultiva dois hábitos essenciais para a política democrática. Um é a confiança. Em uma democracia os cidadãos precisam confiar que o governo não restringe seus direitos e as minorias precisam confiar que a maioria não causa danos a elas ou as persegue. Em uma economia de livre mercado, compradores e vendedores precisam confiar que o outro cumpre os termos de seus contratos; caso contrário, não haverá comércio.

O outro hábito fomentado pelo mercado que é crucial para a democracia é a solução de compromisso. Na realidade, a democracia pode ser definida como o sistema político no qual o acordo pacífico em vez da violência ou da coerção resolve as diferenças inevitáveis em qualquer sociedade. As pessoas aprendem a chegar a um acordo por meio das atividades diárias de uma economia de livre mercado: comprador e vendedor devem sempre chegar a um meio-termo no preço de negociação, uma vez que o vendedor sempre quer ganhar mais do que recebe e o comprador sempre quer pagar menos do que dá.

No início do último terço do século 20, o livre mercado passou a ser considerado praticamente em todo lugar como a melhor forma de organização econômica para gerar prosperidade. Toda sociedade quer ser próspera, razão pela qual quase todas elas implantaram, ou tentaram implantar, a economia de livre mercado. Porque a primeira tende a promover a segunda, a disseminação do livre mercado tem feito mais do que qualquer outra coisa para possibilitar a incrível ascensão da democracia em todo o mundo. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Democracias Elásticas e Globalização

Chan Heng Chee



Cingapura prosperou na indústria têxtil e em outras antes de rumar em direção à democracia

Os países possuem graus variados de liberdade e democracia, de acordo com Chan Heng Chee, embaixadora de Cingapura nos Estados Unidos. Mercados abertos são necessários, mas não suficientes para a democracia. Com exceção da Índia, experiências recentes sugerem que os mercados abertos precedem a democracia, diz ela. Este ensaio foi adaptado a partir de apresentação feita em 18 de setembro de 2007, na Faculdade de William e Mary, em Williamsburg, na Virgínia.

A democracia anglo-americana baseia-se no modelo parlamentar do Reino Unido ou na separação de poderes do sistema político americano. Seu funcionamento correto pressupõe a existência de liberdade de expressão, liberdade de reunião, eleições livres e Estado de Direito. Qualquer país que se autodenomine uma democracia deve ser fiel a esses elementos.

Mas, ao redor do mundo, a democracia é elástica. Pode haver mais ou menos democracia, e pode haver graus maiores ou menores de liberdade. Malásia e Cingapura são menos democráticas que Japão e Coreia do Sul, mas são mais democráticas que Tailândia e Egito.

Minha opinião é que os mercados são necessários, mas não suficientes para a democracia. Nunca se viu um país democrático sem algum grau de abertura de mercado, e nunca se viu um país totalmente fechado para o mundo exterior que não fosse também autoritário ou totalitário. A Birmânia (Mianmar) quase não tem mercados e nenhuma democracia. A Coreia do Norte não tem nem mercados e nem democracia.

O que vem primeiro, mercados ou democracia? Qual é ou deveria ser a ordem?

OS QUATRO TIGRES

Observando os desdobramentos políticos na Ásia, eu diria que os mercados são anteriores à democracia. Os quatro tigres — Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura — eram sistemas autoritários e tornaram-se mais abertos com a adoção de uma economia de mercado voltada para exportação. Todos eles obtiveram grande sucesso econômico, chegando a um crescimento médio de 8% a 9% ao ano após quase duas décadas.

A entrada em um mundo de mercados requer disciplina, Estado de Direito, transparência e acesso à informação. Essas mudanças fazem com que uma classe média próspera sirva como base sólida para uma democracia estável. Os países que abraçam a economia mundial também abraçam a globalização, o que leva à democratização e ao equilíbrio.

Wong Maye-e/© AP Images



Elizabeth Datzell/AP Images

O sistema econômico da China está em rápido desenvolvimento. O sistema político também mudará?

Compare os caminhos da Rússia e da China. A União Soviética, com Mikhail Gorbachev, escolheu a *glasnost* (abertura) antes da *perestroika* (reestruturação econômica), acelerando o colapso soviético. Mas hoje a Rússia tornou-se mais centralizada, e os Estados Unidos estão pouco à vontade com esse afastamento da democracia.

A China escolheu a *perestroika* primeiro. Desde 1978, a China tem passado por um crescimento econômico empolgante. A classe média está crescendo, a internet está fazendo barulho e as liberdades sociais são permitidas. Pode-se viajar ao exterior, e o fluxo de idéias corre junto com o investimento estrangeiro direto. Creio que o sistema político chinês irá mudar para acompanhar o sistema econômico em rápida evolução. A concorrência exige isto. A democracia chinesa pode não se assemelhar à anglo-americana, mas eleições, liberdade de expressão e capacidade de responder aos anseios do povo virão.

A Índia é o país da Ásia onde a democracia veio antes da abertura dos mercados. Agora a Índia está abrindo seus mercados e participando da economia mundial na medida certa. Eles terão seu boom. A Índia pode ser a rara exceção onde a democracia se estabeleceu com sucesso antes dos mercados.

○ PAPEL DOS EUA

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e seus aliados europeus têm se empenhado em estabelecer um sistema comercial global aberto e imparcial e um sistema estável de câmbio. Os acordos internacionais

resultaram em enorme crescimento do comércio e das atividades bancárias e financeiras no mundo inteiro. Eles permitem que países recém-independentes e soberanos que aceitaram esse sistema desenvolvam-se e prosperem sem ter de pensar em recorrer a conflitos para atingir metas econômicas.

Junto com os mercados e comércio abertos, os Estados Unidos lideraram a promoção da democracia. Para que os países aceitassem e tivessem sucesso com a experiência democrática, os mercados abertos eram vistos como essenciais. Os Estados Unidos mantiveram seus mercados abertos enquanto exportavam mercados de capitais e tecnologia. Na Ásia, quando pensamos nos

Estados Unidos, pensamos em democracia e em mercados livres.

Desde a Guerra Fria, os Estados Unidos e a Europa começaram a promover a democracia e os direitos humanos junto com a desregulamentação econômica em regimes autoritários e totalitários. Foi o Consenso de Washington. Na Ásia, a promoção agressiva desse consenso está associada à aceleração e ao agravamento da crise financeira asiática de 1997.

Creio que os Estados Unidos ainda têm interesse em promover a democracia. Mas, paradoxalmente, os Estados Unidos estão se tornando protecionistas. Se os Estados Unidos querem ver o florescimento da democracia, não podem fechar seus mercados. As novas democracias serão asfixiadas se impedidas de funcionar e prosperar por meio da produtividade e das regras globalmente estabelecidas do jogo.

Quando estudantes chineses se opuseram às autoridades em Tiananmen, eles erigiram a Estátua da Liberdade como ícone. Isso porque os Estados Unidos apóiam a independência e a liberdade. É isso que exportam. Se os Estados Unidos se tornarem protecionistas, me pergunto qual ícone ofereceriam como exemplo? Não pode ser essa a imagem que os Estados Unidos querem ter. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

As Raízes do Capitalismo Moderno

Bruce Scott



Zbysław Rowalewski/© AP Images

Acabar com os controles fronteiriços, como aqui na fronteira entre a Alemanha e a Polônia, sinaliza liberdade de movimento, uma exigência do capitalismo

O capitalismo e a democracia geralmente não surgem juntos na história, segundo Bruce Scott. Se poderão continuar a dominar os sistemas mundiais de comércio e governo é uma nova questão, diz ele. Scott é professor de Administração de Empresas da Cátedra Paul Whiton Cherington na Escola de Administração de Harvard e autor de um livro ainda no prelo intitulado Capitalism, Democracy and Development [Capitalismo, Democracia e Desenvolvimento], a ser publicado pela Springer Verlag ainda este ano.

Desde pelo menos a publicação do extraordinário livro de Alexis de Tocqueville *A Democracia na América*, em 1835, os Estados Unidos passaram a ser conhecidos por seu tipo especial de casamento do capitalismo com a democracia — tomadas de decisão descentralizadas tanto no campo econômico quanto político.

Embora não haja consenso sobre a definição de capitalismo, desde 1990 esse sistema econômico tornou-se quase universal, incluindo a China e a Índia, mas deixando de fora Cuba e a Coreia do Norte.

Democracia é ainda mais difícil de definir, e o número de democracias varia de acordo com a definição usada. O cientista político da Universidade de Yale Robert Dahl calcula que mais da metade dos 200 países-membros das Nações Unidas, abrangendo talvez dois terços da população mundial, possa ser

considerada democrática.

Com isso, o capitalismo, apesar da definição imprecisa, passou a exercer domínio quase total da economia global, e a democracia tornou-se o modelo normativo, ainda que menos dominante na realidade: a China construiu um imenso sistema capitalista de sucesso, mas ainda mantém um regime autoritário.

Precisamos de uma definição mais precisa de capitalismo e democracia para podermos prever se continuarão a dominar os sistemas de comércio e governo. Em primeiro lugar, existem vários modelos de capitalismo; o modelo americano, por exemplo, é diferente do europeu, cuja regulamentação de mercado é mais rigorosa e a distribuição de renda, mais igualitária.

Em segundo lugar, as discussões sobre democracia tendem a enfatizar os processos para a participação do cidadão, deixando de considerar se essa participação realmente garante resultados democráticos. O presidente

Abraham Lincoln, em discurso proferido em 1863 em Gettysburg, considerou a Guerra Civil um teste para saber se o “governo do povo, pelo povo, para o povo” perduraria. Como inferiu Lincoln, governo pelo povo não garante governo para o povo. Na época em que Lincoln fez essas declarações, os Estados Unidos já haviam usufruído um século de governo pelo povo e, no entanto, fechavam os olhos para a escravidão, como se os negros não fossem gente. Praticamente da mesma forma, fecharam os olhos para os direitos políticos das mulheres.

Além disso, o modelo constitucional americano divide a soberania entre os três poderes do governo — legislativo, executivo e judiciário —, ao passo que a maioria dos regimes democráticos segue o precedente britânico, concentrando a soberania na câmara baixa do legislativo eleita pelo povo.

DEFINIÇÃO DE CAPITALISMO

A seguir apresentamos uma tentativa de definição operacional do capitalismo, para mostrar sua origem na história e sugerir algumas condições favoráveis — e talvez essenciais — para a democracia.

Muitos economistas definem o capitalismo mais ou menos como um sistema de direitos de propriedade coextensivo com mercados para produção e consumo de bens e serviços, governado pela “mão invisível”, para usar a famosa metáfora de Adam Smith, que estabelece preços de acordo com a demanda e a oferta.

Prefiro a definição de capitalismo de alguns cientistas políticos como um sistema de governança cuja origem está na permissão do Estado para que atores não estatais exerçam o poder econômico, sujeitos a um conjunto de normas e regulamentações. De acordo com essa definição, o capitalismo depende de uma delegação de poder do Estado para atores econômicos e do poder coercitivo do Estado para elaborar, monitorar e, no final, aplicar a regulamentação do mercado. O mecanismo de formação de preços coordena a oferta e a demanda em um determinado sistema de mercado, ao passo que a mão visível do governo põe o sistema em prática e o mantém atualizado.

Embora o Estado precise prestar contas de sua legitimidade, não é necessário que essa prestação de contas seja feita a um governo eleito democraticamente para que o capitalismo floresça. Veneza, talvez o primeiro exemplo de capitalismo sustentado (pelo menos desde antes de 1200), não era uma democracia; era essencialmente uma monarquia constitucional, com suas sete ilhas tendo formado uma união voluntária governada por um duque eleito.

O capitalismo surgiu bem antes dos Estados democráticos de grande escala, e os cientistas políticos consideram a existência de decisões descentralizadas na economia baseadas no mercado um pré-requisito para a descentralização do poder político por meio da democracia.

Embora, ao que tudo indique, a democracia em âmbito municipal remonte aos tempos da Grécia e da Roma antigas, nenhum Estado democrático era claramente aparente antes das observações de Tocqueville sobre os Estados Unidos, e seu exemplo americano é o único caso em que, segundo argumentam alguns especialistas, os dois sistemas — governo democrático e capitalismo — desenvolveram-se juntos a partir mais ou menos de 1630.

O historiador Fernand Braudel, que atribui as origens do capitalismo a 1400-1800, admitiu ser incapaz de definir o capitalismo, embora tenha reconhecido de forma significativa que era um sistema de relações econômicas incompatível com o feudalismo, outro sistema de relações econômicas. O comércio de bens e serviços existiu em muitos contextos feudais, como entre os astecas, os incas, no Japão dos Xoguns, na China imperial, na Índia e entre os otomanos.

TRANSFERÊNCIA DE PODER

O capitalismo exige livre movimentação e emprego da mão-de-obra, bem como o direito de comprar e vender terras, o que não era compatível com o feudalismo. Reconhece o pagamento de juros como retorno legítimo sobre o capital e concede direito a atores não estatais de mobilizar capital por meios legais como parcerias, sociedades por ações e a corporação moderna. Todas essas liberdades implicam não apenas o fim do feudalismo, mas também a disposição do Estado soberano de transferir esse poder a atores não estatais.

Esse conceito deixa claro que o capitalismo surgiu na Europa muito antes do que em qualquer outro lugar, com exceção dos Estados Unidos, para onde os colonizadores europeus levaram muitas de suas idéias e instituições.

Por que o capitalismo surgiu na Europa? Não existe uma única resposta, mas um elemento importante e peculiar da experiência européia foi a existência de guerras de forma praticamente contínua nos séculos 16 e 17. Essa competição político-militar exerceu grande pressão sobre as unidades políticas existentes na Europa, estimadas em cerca de 500 em 1500, em apenas 40 no fim das guerras napoleônicas em 1815 e em 25 em 1940.



Howard Janes/AP Images

Manifestantes da oposição algemados levantam as mãos na Venezuela, onde a democracia está desaparecendo

Assim como ocorre com a concorrência econômica atualmente, as chances de sobrevivência de uma entidade política naquela época eram muito maiores se dispusesse de um exército eficiente, e o tamanho das armas e dos exércitos aumentou de forma expressiva ao longo dos séculos. Para ter condições de sobrevivência, as entidades políticas precisavam de dinheiro ou, pelo menos, de poder emprestado. A descentralização do poder aos pretensos empreendedores e comerciantes era uma fonte potencial de renda para os governantes que aceitassem o poder descentralizado. E as monarquias constitucionais, que pediam dinheiro emprestado com o consentimento dos parlamentos, obtinham empréstimos com custos muito mais baixos.

As precondições históricas para o capitalismo parecem ter sido, de um lado, as ameaças competitivas à soberania e à autonomia e, de outro, um governo que prestasse contas. O Japão, a China, a Índia e o Império Otomano passaram séculos sem dispor de nenhuma delas.

As precondições para a democracia parecem incluir o controle das forças militares e da polícia por autoridades eleitas; um Estado que detenha o monopólio do poder coercitivo, inclusive dos poderes coercitivos dos tribunais e o poder para oferecer segurança às pessoas e à propriedade; a existência de mercados para produção e consumo; e a aceitação de valores do Iluminismo,

notadamente a idéia de que a maior autoridade política é investida de instituições humanas derivadas da racionalidade humana.

Inúmeras condições favorecem a continuidade da democracia, entre elas, rendas mais altas, impedimento de desigualdades excessivas na distribuição de riqueza e poder, uma classe média forte e bem mobilizada e a aceitação de um código de ética para equilibrar o interesse próprio e as responsabilidades da cidadania.

Outras condições podem ameaçar a democracia. Uma delas são

as grandes fontes de renda não ganha, como as chamadas rendas provenientes das concessões para exploração do petróleo. A Nigéria e a Venezuela são exemplos. A renda não ganha torna-se uma imensa fonte de riqueza e influência para líderes do governo e, assim, um trampolim para o poder ilimitado.

A construção das condições básicas para sustentar a democracia demora décadas, e o início prematuro pode não apressar o processo, como comprovado na Bósnia, em Kosovo, no Iraque, no Líbano e na Cisjordânia. Vários países europeus, como a Grã-Bretanha e a Holanda, eram bem governados muito antes de se tornarem democracias.

Constituições e eleições por si só não significam necessariamente democracia, como evidenciado em países como Nigéria, Venezuela e Zimbábue. As constituições e as eleições podem ser manipuladas pelos líderes eleitos, e concentrar-se no estabelecimento desses aspectos procedimentais de governo pelo povo pode, de fato, atrasar sua criação, quanto mais a criação do governo para o povo, o que é ainda mais difícil. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Marketização sem Democratização na China

Kellee S. Tsai



© AP Images

Os empreendedores chineses acumularam riquezas sob a direção do Partido Comunista

Não esperem que a democracia surja em breve na China, diz Kellee S. Tsai. Uma economia dinâmica e rendas mais altas podem, em vez disso, apenas promover a pronta capacidade de adaptação do governo, diz ela. Kellee Tsai é professora de Ciência Política da Universidade Johns Hopkins em Baltimore, Maryland.

Em 1978 a China nem sequer mantinha estatísticas oficiais sobre empresas privadas porque elas eram ilegais e em número insignificante. Apenas três décadas depois, o setor privado representa o principal motor de crescimento da economia chinesa. Em 2008 existem mais de 34 milhões de empresas privadas, empregando mais de 200 milhões de pessoas e respondendo por 60% do produto interno bruto do país.

O ritmo espetacular de desenvolvimento do setor privado levou muitos observadores a especular que o país estivesse desenvolvendo uma classe capitalista que exigiria democracia. Essa expectativa baseia-se na lógica de que

uma classe mercantil cada vez mais próspera derrubará o governo autoritário com o espírito de “impostos só com representação”, restabelecendo, assim, o padrão de desenvolvimento democrático da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

Contudo, essa sabedoria convencional sobre a relação causal entre mercados livres e liberdade política não se aplica à situação atual na China. Os empreendedores

privados não estão agindo em conjunto para pressionar por democracia, e os que insistiram em criticar o Partido Comunista Chinês são censurados, reprimidos ou exilados. Em vez de liberalização política, a ampliação das forças de mercado promoveu a capacidade de adaptação autoritária e a durabilidade do regime na China.

CAPITALISTAS DIVIDIDOS

Os empresários privados da China não constituem uma “classe capitalista” distinta com identidade e interesses comuns. Camelôs e donos de restaurantes têm preocupações diferentes das dos magnatas do setor imobiliário e dos proprietários das 500 empresas da revista *Fortune*. Os recém-surgidos milionários e bilionários acumularam sua riqueza sob o regime político atual. Os vendedores ambulantes e os proprietários de fábricas de fundo de quintal estão muito ocupados com o trabalho para avaliar o quanto uma transição para a

democracia poderia aliviar suas queixas do dia-a-dia.

Mas até os capitalistas das camadas médias — que poderiam parecer compartilhar interesse econômico na participação política para garantir o Estado de Direito e a proteção dos direitos de propriedade privada — não têm uma base comum. Suas diferentes identidades políticas e sociais impedem uma ação coletiva de classe.

Dada a introdução relativamente recente das reformas de mercado, o setor privado chinês é composto de pessoas provenientes de origens extremamente diversas. Alguns empreendedores privados eram camponeses que abandonaram a agricultura comunitária para montar um estabelecimento comercial no início do período da reforma. Alguns são ex-funcionários públicos que ingressaram no setor privado por terem sido despedidos ou subempregados. Outros são intelectuais marginalizados ou ex-burocratas decepcionados que desistiram da política para ganhar a vida de forma digna. E uma boa quantidade dos empreendedores privados são membros do Partido Comunista que se aproveitaram de suas ligações políticas para obter acesso preferencial a crédito bancário, terras e outros ativos do Estado.

Esses tipos de diferenças impedem a formação de uma classe e a ação coletiva de classe. Na verdade, pouquíssimos empreendedores se consideram “capitalistas”, preferindo, ao contrário, ser identificados com suas ocupações anteriores.

CHINA FRAGMENTADA

Seria possível argumentar que a classe capitalista dividida na China é apenas um fenômeno de curto prazo. Talvez a próxima geração de empreendedores privados desenvolva mais coerência como classe e chegue à conclusão que um regime democrático seja melhor para seus interesses. Talvez eles se unam para dar início a uma transição democrática. Embora plausível, esse cenário ainda não é convincente.

Antes de tudo, nas minhas pesquisas sobre empreendedores privados, a maioria indica preferir que seus filhos — ou, mais tipicamente, o único filho — tenham uma boa educação, tornem-se profissionais de serviços administrativos ou funcionários do governo em vez de donos de empresas. Na maioria dos casos, os capitalistas de hoje não pretendem que suas atividades comerciais sejam seguidas pelas próximas gerações. Mesmo que os pais empreendedores tenham êxito em sua trajetória, o lucro privado é simplesmente um meio de transição para conseguir uma forma de subsistência mais respeitável. Mesmo que as empresas privadas atuais sejam

passadas para as próximas gerações — o que seria uma pequena minoria dada a alta rotatividade nos registros de empresas — é improvável que eles se aglutinem em uma força política pró-democracia.

Os capitalistas que atuam em setores semelhantes e com volumes comerciais semelhantes têm queixas e opiniões políticas diferentes em razão das diferenças locais em termos de políticas voltadas para o setor privado. Assim como as identidades dos empresários chineses variam significativamente de acordo com a origem, suas experiências operacionais atuais também variam de acordo com a região.

Algumas localidades são conhecidas por oferecer condições particularmente favoráveis às empresas privadas. Um exemplo notável é Wenzhou na costa sul da província de Zhejiang. Muito antes de o governo central legalizar as empresas privadas, as autoridades locais de Wenzhou já permitiam que seus agricultores carentes administrassem estabelecimentos comerciais de varejo e pequenas fábricas.

De forma inversa, outras localidades discriminaram sistematicamente o capital privado durante o período da reforma. Governos locais em áreas que herdaram da era Mao (1949-1976) grandes setores estatais e coletivos mostram-se mais relutantes em conceder aos empreendedores privados acesso a recursos importantes (por exemplo, empréstimos bancários) e necessários para gerir seus negócios. De forma semelhante, localidades que receberam injeções substanciais de investimentos estrangeiros diretos continuam a tratar melhor os investidores estrangeiros do que seus pares nacionais.

Assim, os capitalistas chineses enfrentam diferentes tipos de desafios de acordo com a região do país em que operam e, conseqüentemente, sua capacidade de influência política varia. As associações de classe organizadas de forma autônoma em Wenzhou trabalham ativamente em defesa de seus membros, ao passo que as associações comerciais em outras localidades são dominadas pelo governo e de pouca ajuda para os empresários. Nesse sentido, a fragmentação demográfica interna dos capitalistas é espelhada na variação espacial das atividades econômicas privadas. Se empreendedores descontentes de uma localidade tornam-se politicamente mais incisivos, então terão dificuldades para angariar apoio em âmbito nacional para suas demandas.

DISSIDÊNCIA REPRIMIDA

Empreendedores privados não constituem o único segmento da sociedade chinesa a enfrentar limitações



Craig Baker/AP Images

O Partido Comunista Chinês se adaptou e, até agora, tem prosperado com as reformas econômicas

territoriais para a ação política organizada. Agricultores, trabalhadores e intelectuais que guardam insatisfações enfrentam desafios semelhantes na mobilização de apoio além da sua região.

Nos últimos anos, cresceu significativamente o número de protestos e manifestações. Segundo estatísticas oficiais houve 58 mil protestos em 2003, 74 mil em 2004 e 87 mil em 2005. Embora a maior mobilidade da população e a disseminação de novas tecnologias de comunicação tenham destruído algumas barreiras organizacionais da era pré-reforma, esses protestos ficaram limitados a localidades específicas.

O único movimento que apresentou sério potencial de desafio ao regime foi o Partido Democrático da China (PDC), que teve vida curta. Em 1998 foram montados comitês locais do PDC em 24 províncias e cidades. Mas as autoridades prontamente detiveram, prenderam ou exilaram os líderes do PDC, frustrando os esforços para estabelecer o partido em âmbito central.

A subsequente punição dos seguidores do Falun Gong em 1999-2000, a quarentena de cidadãos durante o surto de Sars (síndrome respiratória aguda grave) em 2003 e a repressão devastadora contra manifestantes tibetanos em 2008 são mais provas de que Pequim mantém a capacidade de controlar a população em tempos de crise.

CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO COMUNISTA

Observadores que esperam uma transição democrática na China vêem que a disseminação das forças de mercado foi associada com um grande número de efeitos desestabilizadores, incluindo o patente aumento da desigualdade de renda e maiores oportunidades para a corrupção oficial. Embora a incidência de protestos tenha aumentado, os capitalistas — a suposta classe da democracia — estão ausentes dessas manifestações de descontentamento. Ademais, poucos desses protestos tiveram como objetivo desafiar o monopólio do poder político pelo Partido Comunista Chinês. Até mesmo a tentativa de estabelecer o PDC se deu por meio de canais administrativos normais — ou seja, dentro das regras do sistema político atual.

Em última instância, as reformas de mercado na China sob o regime autoritário geraram de forma inesperada altas taxas de crescimento econômico, que beneficiaram um amplo grupo representativo da sociedade. Os beneficiários desse modelo capitalista autoritário de desenvolvimento não estão dispostos a exigir reformas políticas que possam desestabilizar a sociedade e prejudicar a continuidade do crescimento.

Além disso, em seus 87 anos de existência, o Partido Comunista Chinês demonstrou extraordinária capacidade de se redefinir e se revigorar com mudanças drásticas na ideologia, na composição de seus membros e nos objetivos políticos. Até agora, a virada de adaptação para a marketização provou ser fonte de legitimidade do partido em vez de sua derrocada. Por essas razões, a China contemporânea continua a se esquivar da associação popular entre liberdade econômica e liberdade política. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Livre Mercado e Democracia: A Experiência Cubana

Oscar Espinosa Chepe



Em 1959, Fidel Castro deu início a um regime repressivo que levou Cuba à catástrofe

O economista dissidente cubano Oscar Espinosa Chepe afirma que décadas de opressão por um governo centralizado jogaram por terra a economia de Cuba. Sem liberdade, diz ele, a população de Cuba não poderá jamais participar de uma economia globalizada.

Depois de quase 50 anos de totalitarismo em Cuba, a perda da liberdade — em especial a violação da liberdade de movimentação no mercado — teve efeitos devastadores na sociedade cubana em todos os aspectos. O processo que começou em 1959 e criou tantas ilusões com o tempo transformou-se em um sistema opressivo que bloqueou o progresso do país.

Com o pretexto de estabelecer um sistema de “desenvolvimento harmonioso e proporcional”, o

livre mercado do país foi substituído por um mecanismo de planejamento centralizado, aos moldes da União Soviética, baseado em uma obstinação severa que criou várias distorções e um enorme desperdício de recursos. Essa situação foi mantida até o fim da década de 1980 graças a subsídios colossais, que finalmente levaram a sociedade cubana à pior crise de sua história, situação ainda não superada.

Pode-se perguntar: qual foi o motivo para a substituição do livre mercado do

país, ferramenta essencial para a distribuição de recursos, por um planejamento centralizado burocrático? Por que o sistema é mantido apesar dos repetidos fracassos da centralização? A resposta a essas perguntas é que o sistema é baseado em interesses de um grupo de pessoas cujo único objetivo é manter poder absoluto sobre a sociedade cubana. Por esses objetivos totalitaristas, a lucratividade política do sistema é óbvia, não obstante os níveis de miséria, atraso e degradação que produzem.

PERDA DA LIBERDADE ECONÔMICA

A mesma explicação mostra as razões para o confisco em massa de propriedades em Cuba — muito mais do que em outros países que sofrem com sistemas centralizados —, assim como para as tentativas de banir todos os traços



O general Raúl Castro, ao suceder seu irmão, indicou mudanças, pelo menos na economia cubana

de liberdade econômica. O objetivo dessa estratégia era exercer controle rígido sobre a população, convertendo os cidadãos em entes sem direitos, inteiramente dependentes do Estado todo-poderoso.

As conseqüências econômicas, sociais, políticas, demográficas e ambientais foram catastróficas para Cuba, sem mencionar os danos aos valores espirituais das pessoas, gravemente corroídos por uma crise cujo fim não se pode prever. A isso deve ser acrescentada uma enorme e perigosa dependência da Venezuela.

No nível econômico, um processo de descapitalização humana e material afetou a sociedade como um todo. Cuba, no passado um país agrícola rico e auto-sustentável, segundo dados oficiais, hoje importa 84% de suas necessidades básicas alimentares, em grande parte dos Estados Unidos. O outrora maior fornecedor de açúcar do mundo agora importa o produto. Esses desvios ocorrem enquanto mais de 50% das terras agricultáveis

permanecem abandonadas e tomadas pelo matagal. Ao mesmo tempo, devido aos baixos salários — cerca de US\$ 20 por mês, em média — a população se volta para o crime para sobreviver. Como resultado, de acordo com dados das Nações Unidas, Cuba tornou-se o país com a maior população carcerária do mundo em relação ao número de habitantes.

SINAIS DE MUDANÇA

Cuba é um triste exemplo das conseqüências da falta de liberdade. E Cuba pode retroceder ainda mais à medida que o resto do mundo abraça a globalização e a integração de mercados. Embora essas forças criem enormes possibilidades de desenvolvimento, elas também demandam aumento significativo na concorrência, na qual eficiência, produtividade e criatividade desempenham papel cada vez mais importante. É impossível promover esses elementos em sociedades regidas pelo medo, onde a liberdade de associação e a liberdade de expressão são proibidas, impedindo assim o debate e a livre troca de idéias necessários à identificação das melhores opções para o progresso.

A situação é tão óbvia que mesmo dentro do governo cubano começa-se a ouvir vozes, embora hesitantes e incoerentes, a favor da introdução de transformações estruturais e mudanças conceituais no sistema, especialmente na economia. Alguns sinais podem ser encontrados nos discursos do general Raúl Castro, que se tornou presidente do Conselho de Estado e presidente do Conselho de Ministros em 24 de fevereiro de 2008.

Talvez esses indícios de mudança dêem início a um processo gradual rumo a reformas, resultando em liberdade ao povo cubano. Se as esperanças recém-despertadas forem novamente frustradas, a instabilidade social será a conseqüência provável. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Democracia, Livre Iniciativa e Confiança

William A. Reinsch



Alexander Zemlianichenko © AP Images

À medida que a democracia se desgasta na Rússia, o mesmo ocorre com a concorrência do livre mercado em alguns setores

Segundo William A. Reinsch, o livre mercado tende a reforçar a democracia. Para ele, algumas vezes a democracia fortalece o livre mercado, outras vezes não. Reinsch é presidente do Conselho Nacional de Comércio Exterior e membro da Comissão de Análise Econômica e de Segurança EUA-China.

Olhando em volta do mundo de hoje, observamos que muitas das nações mais prósperas também exibem com orgulho as democracias mais dinâmicas. Países como Chile, Irlanda e Estados Unidos são democracias vibrantes com mercados livres e amplos. Outros como Birmânia (Mianmar) e Coreia do Norte são marcados por ditaduras e rígidas economias de comando.

Embora haja exceções para qualquer regra, as liberdades econômicas e políticas tendem a caminhar de mãos dadas. Em muitos casos o envolvimento de um país com o mundo funciona como importante arauto das liberdades econômicas e políticas.

Em especial, o engajamento na economia global é um fundamento importante da democracia. Comércio

e concorrência promovem crescimento, que é essencial para construir riqueza e criar uma classe média maior. Por sua vez, essa classe média expandida exige mais do governo, que não pode mais contar com o apoio do pequeno círculo íntimo da elite. Ao mesmo tempo, o comércio expõe a ineficiência de empresas inchadas geridas pelo Estado, limitando ainda mais a capacidade dos funcionários do governo de repartir empregos e favores.

O desespero econômico, por outro lado, fomenta as condições nas quais demagogos podem se tornar ditadores, como o período entre as duas guerras mundiais tão bem ressaltou. O presidente Harry Truman e o secretário de Estado George Marshall compreenderam isso quando, na esteira da Segunda Guerra Mundial, apresentaram o plano de reconstrução da Europa. “A revitalização de uma economia em funcionamento”, disse Marshall, “permitirá a preservação das condições políticas e sociais nas quais instituições livres podem sobreviver”.

Além de criar uma economia próspera, o maior envolvimento das empresas globais pode também apoiar



John McComico/AP Images

Cidadãos esperam para votar na Dinamarca, país que combina livre mercado vigoroso e confiança social

os ideais democráticos. Por exemplo, companhias globais são em muitos casos proibidas por lei de oferecer propinas ou incorrer em práticas corruptas.

Além disso, muitas empresas estão instituindo voluntariamente códigos de conduta internos ou assinando convenções de conduta empresarial, como os Princípios Globais Sullivan ou o Pacto Global. Quanto mais esses tipos de empresas obtêm permissão para participar do comércio e da concorrência, menor será o número de burocratas ou chefes de partido capazes de se sustentarem ou alimentarem a máquina do governo por meio de práticas questionáveis ou corruptas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Atualmente há outro importante benefício político para a participação de empresas globais em economias locais. Muitas empresas criaram programas de responsabilidade social corporativa para apoiar as comunidades em que trabalham. Em muitos casos esses esforços não estão diretamente relacionados com o negócio principal da empresa, mas concentram-se na melhoria de instituições locais.

Isso é especialmente verdadeiro na África, onde empresas multinacionais criaram programas de tratamento de HIV/Aids, implementaram programas de reassentamento pós-conflito e estabeleceram instituições de microcrédito. A General Electric, por exemplo, associou-se ao economista desenvolvimentista Jeffrey Sachs para construir uma série de hospitais em dez países africanos, usando tecnologias GE e voluntários da empresa para melhorar os serviços rurais de saúde. Esses projetos ajudam a fortalecer a sociedade civil e estimulam ainda mais o estabelecimento de instituições livres.

De forma mais geral, a concorrência econômica global fomenta maior envolvimento com o mundo, o que leva inevitavelmente ao intercâmbio de informações, idéias e valores democráticos. Os presidentes americanos, de Franklin Roosevelt a John F. Kennedy e Ronald Reagan, reconheceram os benefícios intangíveis dos mercados abertos para a promoção da democracia no exterior.

Mais recentemente, os presidentes Bill Clinton e George W. Bush concordaram que a entrada da China na Organização Mundial do Comércio seria bom para a democracia. “Quando as

peças têm a capacidade não apenas de sonhar, mas de realizar seus sonhos”, disse Clinton, “elas querem ter mais voz ativa”. Bush acrescentou que “a liberdade econômica cria hábitos de liberdade” e, com relação à China: “Nosso principal produto de exportação não é comida ou cinema nem mesmo aviões. Liberdade é nosso principal produto de exportação.”

Há não muito tempo, os Estados Unidos e a Europa Ocidental exportavam para a antiga União Soviética os ideais americanos por intermédio da música de rock, dos livros e da televisão. Em 1987, Billy Joel tocou para o público de Moscou e Leningrado (atual São Petersburgo), dizendo ao povo soviético: “O que acontece hoje em dia no país de vocês lembra muito os anos 60 na minha terra.” Atualmente, mercados mais livres significam maior acesso a internet, telefones celulares e mensagens de texto, acelerando informações, fofocas e notícias de maneira que é difícil para qualquer governo exercer controle total. Conectar-se ao sistema global econômico e de informação é bom para a democracia.

Mas a democracia é boa para a livre iniciativa?

Talvez essa seja uma pergunta mais complicada, embora uma coisa esteja clara. Ditadores raramente adotam o livre mercado. Birmânia, Cuba, Líbia, Coreia do Norte e Zimbábue são as economias menos livres do mundo, de acordo com o *Índice de Liberdade Econômica 2008*, produzido pelo *The Wall Street Journal* e pela Fundação Heritage. O tipo de autoridade concentrada que permite a sobrevivência desses sistemas políticos estimula uma economia centralizada e de comando que recompensa quem é leal ao regime e penaliza quem não é.

O governo democrático com certeza ajudou a estimular o livre mercado nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Por mais de 60 anos, os Estados Unidos



© AP Images

Ao abrir-se para o mercado mundial, os chineses têm a oportunidade de se abrir para o mundo das idéias

ajudaram a modelar e apoiar uma ordem liberal mundial baseada no livre comércio e em mercados globais estáveis. No mesmo período, a Europa baixou suas barreiras econômicas e aumentou a eficiência do seu mercado de trabalho na esteira da disseminação da democracia no continente.

LIVRE MERCADO E ESTABILIDADE

Mas eleições livres e justas por si só não promovem necessariamente o livre mercado. Um problema é que um número crescente de regimes autocráticos faz-se passar por democracias, nos quais um partido tem controle virtual sobre o governo e a economia e nos quais não existe uma oposição forte. A Rússia sob Vladimir Putin, ex-presidente e agora primeiro-ministro, é um bom exemplo de país onde a democracia está sendo corroída. À medida que Putin aumentou o controle sobre o país, Moscou impôs maior controle sobre a economia, expandindo sua influência sobre as empresas estatais, como a Gazprom, e usando a sua posição econômica para enviar mensagens políticas para os vizinhos e o mundo.

Outros governos democráticos carecem de instituições e apoio para incentivar o livre mercado. Novos governos em lugares como Iraque e Cisjordânia e Gaza, onde as condições básicas de segurança e estabilidade são questões sempre presentes, não possuem as estruturas de governança e segurança em vigor para promover o livre mercado de forma significativa.

Mesmo em democracias mais sólidas, reações contra o livre mercado não são incomuns. Na América Latina, muitos políticos foram eleitos nos últimos anos com base em plataformas populistas e, em alguns casos, socialistas.

Nos Estados Unidos, pesquisas mostram queda de apoio ao livre comércio, enquanto a crise hipotecária levou as pessoas a se perguntarem sobre as conseqüências do livre mercado sem a necessária fiscalização e regulação.

A democracia parece melhor capacitada para fortalecer o livre mercado quando conta com instituições locais fortes e confiança social. A Dinamarca exibe com orgulho uma das economias mais abertas do mundo e é uma democracia-modelo, além de adotar um pacto social sem igual conhecido como “flexisegurança”, sistema que levou mais de um século para ser aprimorado e que despense quantias consideráveis em programas sociais, treinamento e benefícios.

O resultado desse acordo é que os dinamarqueses acreditam firmemente na livre iniciativa e no comércio global — até os sindicatos adotam a terceirização. O autor Robert Kuttner, que analisou o acordo dinamarquês entre livre mercado e estabilidade social, sugere que esses tipos de opções “têm de se desenvolver em seu próprio território político”.

A chave para estimular o crescimento da democracia e da liberdade econômica é fomentar as instituições locais que lhes servem de base.

Os Estados Unidos, seus aliados e as instituições internacionais devem continuar a estimular o Estado de Direito, sistemas judiciários independentes e transparentes, investimentos de capital produtivo e a adesão aos direitos humanos e às obrigações legais internacionais para aumentar a probabilidade de os governos, não importa sua estrutura, funcionarem de forma justa, humana e transparente.

Ao mesmo tempo, governos, organizações não-governamentais e empresas podem todos ter um papel na sustentação das instituições locais e dos grupos da sociedade civil que fortalecem a democracia e apóiam as liberdades individuais.

Devemos nos envolver com o mundo o mais vigorosamente possível e com todos os instrumentos à nossa disposição, em especial por intermédio do comércio e da diplomacia. Se assim fizermos, teremos a oportunidade de ajudar pessoas do mundo inteiro a se tornarem mais livres, prósperas e seguras. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Economia de Mercado sem Democracia no Golfo

Jean-Francois Seznec



© AP Images

Os países do Conselho de Cooperação do Golfo têm uma classificação relativamente alta em mercados livres e relativamente baixa em direitos políticos

A maioria dos Estados do Golfo tem livre mercado, mas não tem eleições livres, segundo Jean-François Seznec. Os governantes compartilham os benefícios da expansão econômica, mas não o poder político, afirma. Seznec é professor associado visitante do Centro de Estudos Árabes Contemporâneos na Universidade de Georgetown, em Washington.

As economias de mercado parecem prosperar em determinados estados não democráticos, mas não parecem direcionar esses países para a democracia. Consideremos os seis países que formam o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG): Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Na escala de 1 a 7 de liberdade no mundo da organização Casa de Liberdade, com 1 representando o mais livre, os países do Golfo têm uma classificação sofrível. A Arábia Saudita recebe 6,5 em razão de seus direitos civis e políticos limitados. O Kuwait recebe a classificação mais alta, com apenas 4,0. Esse país tem defendido livremente eleições para o parlamento e liberdade de expressão, mas a primazia da família real não é contestada.

Segundo alguns parâmetros, no entanto, os Estados do Golfo estão entre os mercados mais livres do mundo.

Todos os países do Golfo são economias de mercado. A Arábia Saudita ocupa a relativamente alta 23ª posição



O Centro Financeiro Internacional de Dubai reflete a abertura dos países do Golfo aos investimentos

na lista do Banco Mundial de países fáceis para se fazer negócios. Todos os países do CCG são membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). Omã e Bahrein têm acordos de livre comércio com os Estados Unidos. As tarifas são baixas.

Nenhum desses países tem impostos sobre a renda. A corrupção nas transações rotineiras é mínima. Os bancos e as instituições financeiras dos países do CCG são financiadores sofisticados. As restrições sobre a venda de mercadorias são limitadas, exceto para produtos proibidos pela religião, como carne de porco e álcool.

Os Estados do Golfo também estão modernizando suas leis e estruturas econômicas para atrair investimentos privados, tanto locais como estrangeiros. Atualmente, uma empresa estrangeira pode deter 100% de seus empreendimentos na maioria dos países do CCG. Pode repatriar seus lucros livremente, vender ativos da maneira que lhe convier e pagar impostos empresariais relativamente baixos.

As economias dos países do Golfo estão em expansão. Mudando para se tornarem menos dependentes de petróleo ou gás, buscam maximizar suas vantagens de energia de baixo custo, abundância de capital e localização estratégica. Elas já produzem cerca de 12% de todos os produtos químicos e fertilizantes do mundo. Estão aumentando cada vez mais a produção de produtos químicos mais avançados, como plásticos à base de etileno. Com acesso à eletricidade barata, os países do Golfo já são grandes produtores de alumínio e, com o futuro acesso à bauxita da Arábia Saudita, podem alcançar 20% da produção mundial antes de 2020.

LIMITES DO LIVRE MERCADO

A adesão ao livre mercado tem limites, naturalmente. Não é fácil cumprir contratos em razão das tradições jurídicas diferentes e de poucos juízes com conhecimento de prática jurídica internacional.

Para obter desenvolvimento econômico, os países do Golfo estão investindo centenas de bilhões de dólares em projetos de infra-estrutura, construindo cidades industriais, ferrovias, portos e aeroportos.

A maioria das grandes empresas químicas e metalúrgicas que operam no CCG atualmente são estatais, embora administradas nos moldes das grandes empresas ocidentais, com interferência mínima do governo. A SABIC, por exemplo, é a empresa química mais lucrativa e de mais rápido crescimento no mundo, com acesso a matérias-primas de mais baixo custo. Ela está também se tornando uma potência em pesquisa e desenvolvimento e, como sua contrapartida petrolífera, a Saudi Aramco, capacita e usa sauditas para criar indústrias no reino baseadas no conhecimento.

O sucesso das empresas estatais tem desvantagens. Os administradores insistem que não devem compartilhar suas matérias-primas de baixo custo com os concorrentes locais. Assim, embora as grandes empresas estatais gerem trabalho para a economia de mercado privado, elas também restringem o crescimento dos concorrentes do setor privado.

Naturalmente, alguns interesses no CCG resistem ao livre mercado, entre eles fabricantes e comerciantes tradicionais. Os salafistas, grupo religioso conservador, também fazem pressão contra o livre mercado, temendo que uma economia aberta seja um convite à difusão de práticas e educação ao estilo ocidental.



Kamran Jebreili/AP Images

A construção ao estilo ocidental, mas não a democracia ao estilo ocidental, está em alta em Dubai

COMPARTILHANDO RIQUEZA, NÃO PODER

Para atingir suas metas econômicas ambiciosas, os governos do Golfo têm buscado compartilhar riqueza com seus povos, mas não poder político.

Autoridades sauditas usaram o mercado acionário para compartilhar riqueza. Muitas das 115 empresas cotadas em bolsa são controladas pelo Estado e em geral são muito lucrativas; essas empresas venderão talvez 30% do seu capital em ações no mercado acionário. Os sauditas que investem nessas empresas estatais obtêm bons dividendos e valorização do capital em investimentos seguros. Além do mais, a Autoridade dos Mercados de Capitais garante que todas as empresas cotadas em bolsa são legítimas e que os pequenos investidores têm chance de adquirir ações. Atualmente, 50% de todos os sauditas possuem ações e, portanto, têm interesse no desenvolvimento de seu reino.

Os governos do Golfo, contudo, temem que compartilhar o poder político com seu povo possa causar uma drástica interrupção no desenvolvimento. As poucas eleições livres realizadas no Golfo deram maioria absoluta aos salafistas. Para equilibrar os ganhos dos salafistas, os reis e emires do CCG nomearam conselhos consultivos formados por tecnocratas que estampam um selo de aprovação participativa para as políticas econômicas e as leis que não provocam controvérsias.

A falta de independência jurídica demonstra outra divisão nos Estados do Golfo entre o compartilhamento de riqueza e poder político. Os juízes nomeados pelo governo legislam em casos de direito islâmico de família e criminal, mas não têm competência para o direito comercial. Os sauditas estabeleceram um sistema jurídico paralelo denominado Conselho de Queixas para tratar de assuntos comerciais.

Entretanto, os poderosos permanecem fora do alcance dos tribunais. O Conselho de Queixas saudita não considera disputas envolvendo príncipes e autoridades do governo; raramente esses casos são julgados por mérito.

O crescimento do livre mercado, tanto promovido como dificultado pela autocracia, tem feito pouco para pôr em prática a reforma política nos Estados do Golfo. As economias de livre mercado são sustentadas pelo controle político inquestionável de seus líderes. Mesmo em Dubai, o centro empresarial da região, a palavra do governante é que rege o país.

Os governos do Golfo não são do povo, pelo povo e para o povo. São governos de poucos para o benefício de muitos. É uma enorme disparidade comparado ao que as democracias ocidentais alcançaram, mas é cultural.

A democracia não pode ser imposta de fora para dentro. As mudanças econômicas em curso no Golfo talvez estejam indicando que, no devido tempo, os governantes permitirão não apenas liberdade de mercado, mas também liberdades políticas, como partidos políticos, liberdade de expressão e independência de um judiciário capacitado. Por último, a promoção da reforma e da participação econômica ainda pode promover a democracia. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Democracia e Capitalismo: A Separação dos Gêmeos

Ivan Krastev

De acordo com Ivan Krastev, o medo era que a Europa Central abraçasse a democracia e rejeitasse a economia de mercado. Ele diz que a situação agora é que a Europa Central aceitou o livre mercado, mas ficou insatisfeita com a democracia. Krastev é presidente do Centro para Estratégias Liberais em Sófia, Bulgária.

Os historiadores hoje são tentados a escrever a história das transições pós-comunistas na Europa Central e Oriental como sendo a história de uma atração irresistível entre a democracia e o capitalismo. Mas há 20 anos, muitos temiam que essa pudesse ser uma história de horror.

Embora os teóricos políticos tendessem a concordar que democracia e capitalismo são parceiros naturais e que livre mercado e políticas competitivas fortalecem um ao outro no longo prazo, havia o medo de que as reformas política e econômica necessárias à transformação das sociedades do Leste Europeu atrapalhassem uma a outra.

Como dar às pessoas o poder de fazer o que quiserem e então esperar que escolham políticas cujas conseqüências iniciais sejam aumento de preços, desemprego e desigualdade social — esse era o dilema das transições pós-comunistas.

Na opinião do sociólogo alemão Claus Offe, “uma economia de mercado é posta em movimento apenas sob condições pré-democráticas”. E Jadwiga Staniskis, importante cientista política polonesa e ativista do Solidariedade, estava convencida de que “enquanto as bases econômicas para uma sociedade civil genuína não existirem, a mobilização política em massa da população é possível apenas em termos nacionalistas ou fundamentalistas”.

Resumindo, a Europa Central era vista como fadada a escolher entre o socialismo de mercado e o capitalismo autoritário. Felizmente, algumas vezes, o que não



Vadim Ghirda/AP Images

Eleitores da Romênia e de outros países na Europa ex-comunista aceitaram o livre mercado, mas se tornaram impacientes com a política

funciona na teoria, funciona na prática.

A Europa Central e Oriental tiveram sucesso em uma transição simultânea para a economia de mercado e para a democracia. Foi uma mistura mágica de idéias, emoções, circunstâncias e liderança que possibilitou o sucesso.

APOIO PARA AS MUDANÇAS ECONÔMICAS

O legado comunista foi o aliado natural dos reformistas na transformação das sociedades da Europa Central. As pessoas foram pacientes e apoiaram reformas

porque estavam impacientes para se verem livres do comunismo. O começo dos anos 1990 foi um momento surreal em que os sindicatos trabalhistas defendiam cortes de empregos e ex-partidos comunistas ansiavam por privatizar a economia.

Havia raiva contra o capitalismo, mas não havia um partido e nem mesmo uma linguagem política capazes de mobilizar os que sássem perdendo na transição. O comunismo havia corroído a capacidade da sociedade de realizar ações coletivas junto às classes. Qualquer crítica ao mercado era igualada a uma nostalgia pelo comunismo. Tanto as contra-elites anticomunistas, por suas ideologias, quanto as elites ex-comunistas, por seus interesses, apoiaram as mudanças econômicas.

O desejo popular por um “retorno à Europa”, fortalecido pela atração da União Européia e da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), permitiu às sociedades reconciliar os instintos redistributivos da democracia com a necessidade de uma visão de longo prazo e de paciência como pré-condições para o sucesso econômico. Funcionou de modo diferente nos diferentes países, mas a integração euro-atlântica garantiu a continuação da reforma econômica e serviu de proteção contra reações políticas.

O sucesso das transições pós-comunistas levou a nova geração de teóricos políticos a repensar as chances do surgimento simultâneo da democracia e do capitalismo. O que havia sido visto como sorte histórica passou a ser considerado lei natural. A democracia e o capitalismo não eram mais vistos como um casal feliz, mas como gêmeos idênticos.

CETICISMO EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA

A tendência era ignorar as tensões entre a democracia e o capitalismo. Mas é suficiente observar a experiência de países como Rússia, China ou Venezuela para se tornar cético quanto à tendência natural do capitalismo de conduzir à democracia e à tendência natural da democracia de apoiar o capitalismo.

A experiência da Europa Central também deve ser repensada. Um ano após as democracias da Europa Central terem se tornado membros da União Européia, a região foi abalada pelo surgimento do populismo e do nacionalismo. A insatisfação com a democracia está crescendo e, de acordo com a pesquisa Voz do Povo 2006, a Europa Central, ao contrário de todas as expectativas, é a região do mundo onde os cidadãos são mais céticos em relação aos méritos da democracia.

Em toda a região, a população desconfia de políticos e partidos políticos. A classe política é vista como corrupta e defensora apenas dos próprios interesses. A transição foi um sucesso absoluto para a Europa Central, mas levou à



Sindicalistas como esses na Polônia vêem a si próprios como perdedores na transição pós-comunista

© AP Images

rápida estratificação social, prejudicando gravemente a muitos, enquanto beneficiava uns poucos privilegiados.

Muitas vidas foram destruídas e muitas esperanças traídas à época da transição. O fato de os maiores vencedores da transição terem sido os membros mais instruídos e melhor relacionados do antigo regime não ajudou a torná-lo aceitável. As democracias pós-comunistas são hoje vistas como um triunfo, não do igualitarismo, mas das elites comunistas antiigualitárias e das contra-elites anticomunistas.

As restrições externas impostas aos países em processo de adesão à União Européia foram essenciais para o sucesso das reformas, mas contribuíram para a percepção de que eram democracias sem escolhas reais.

Há vinte anos, os teóricos temiam que as novas democracias emergentes não tomassem gosto pelo capitalismo. O que se vê agora é que a maioria das pessoas na Europa Central confia mais no mercado do que nas urnas.

What we see now is that most people in Central Europe have more trust in the market than in the ballot box. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Efeitos do Conflito Étnico

Doh C. Shin e Christopher D. Raymond



Bernat Armangue/AP Images

Explosão de violência no Quênia, país democrático dividido por tensões étnicas

Pesquisas demonstram que reformas políticas e econômicas reduzem os conflitos étnicos, mesmo em países onde uma minoria étnica domine a economia, segundo Doh C. Shin e Christopher D. Raymond. Shin é professor de Ciência Política e Raymond é assistente de ensino de pós-graduação, ambos na Universidade de Missouri em Colúmbia, Missouri.

No começo de 2007, o Quênia foi considerado uma das democracias mais bem-sucedidas da África; no fim do mesmo ano, o país estava imerso no caos. A violência étnica eclodiu no país após o presidente e candidato à reeleição, Muwai Kibaki, ser declarado vencedor na disputadíssima eleição presidencial realizada em 27 de dezembro de 2007.

O grupo étnico Luo, que apóia a candidata derrotada Raila Odinga, há tempos se ressentia da riqueza e do

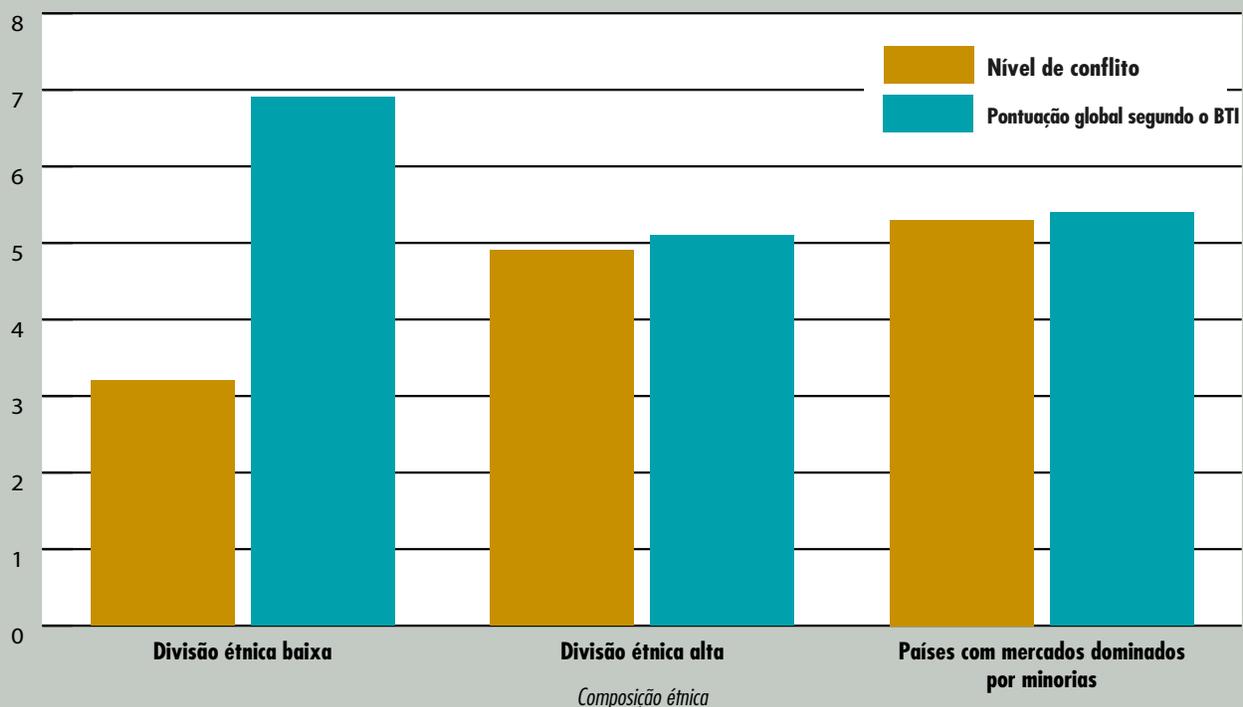
poder dos Kikuyu, grupo étnico de Kibaki. Muitos Luos acusaram Kibaki e os Kikuyu de envolvimento em fraude eleitoral, e nos meses seguintes à eleição seus violentos protestos levaram à morte cerca de 1.500 pessoas e ao deslocamento de outras 250 mil.

Essa explosão de violência étnica logo após uma eleição livre e competitiva em uma das democracias mais bem-sucedidas da África reacendeu o debate sobre se certos tipos de países em desenvolvimento deveriam procurar o estabelecimento simultâneo de democracia e capitalismo.

Há décadas a sabedoria convencional diz que democracia e livre mercado trabalham em conjunto para promover a prosperidade econômica e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Pelo menos um artigo de pesquisa argumentou que combinar livre mercado com democracia em países onde uma minoria étnica é economicamente dominante pode produzir uma situação

Figura 1: Níveis de conflito, reforma política econômica por composição étnica

Valores médios



altamente explosiva, uma vez que livre mercado e democracia, muitas vezes, favorecem grupos étnicos diferentes: o livre mercado favorece uma minoria, ao passo que a democracia favorece a maioria.

Em países como Indonésia e Zimbábue, onde uma pequena minoria étnica domina o mercado com uma quantidade desproporcional de recursos econômicos, por exemplo, estabelecer democracia e dar voz à maioria antes silenciada pode estimular manifestações de ressentimento e ódio étnico contra os ricos. A explosão de violência étnica que se segue, por sua vez, provavelmente prejudicará, se não interromper, o desenvolvimento da democracia e do capitalismo.

ELABORAÇÃO DE TESTE

Decidimos testar a validade da afirmação que tenta construir democracias capitalistas em sociedades etnicamente divididas, em especial naquelas cujo mercado estava dominado por uma minoria e fracassaram devido às explosões de violência política.

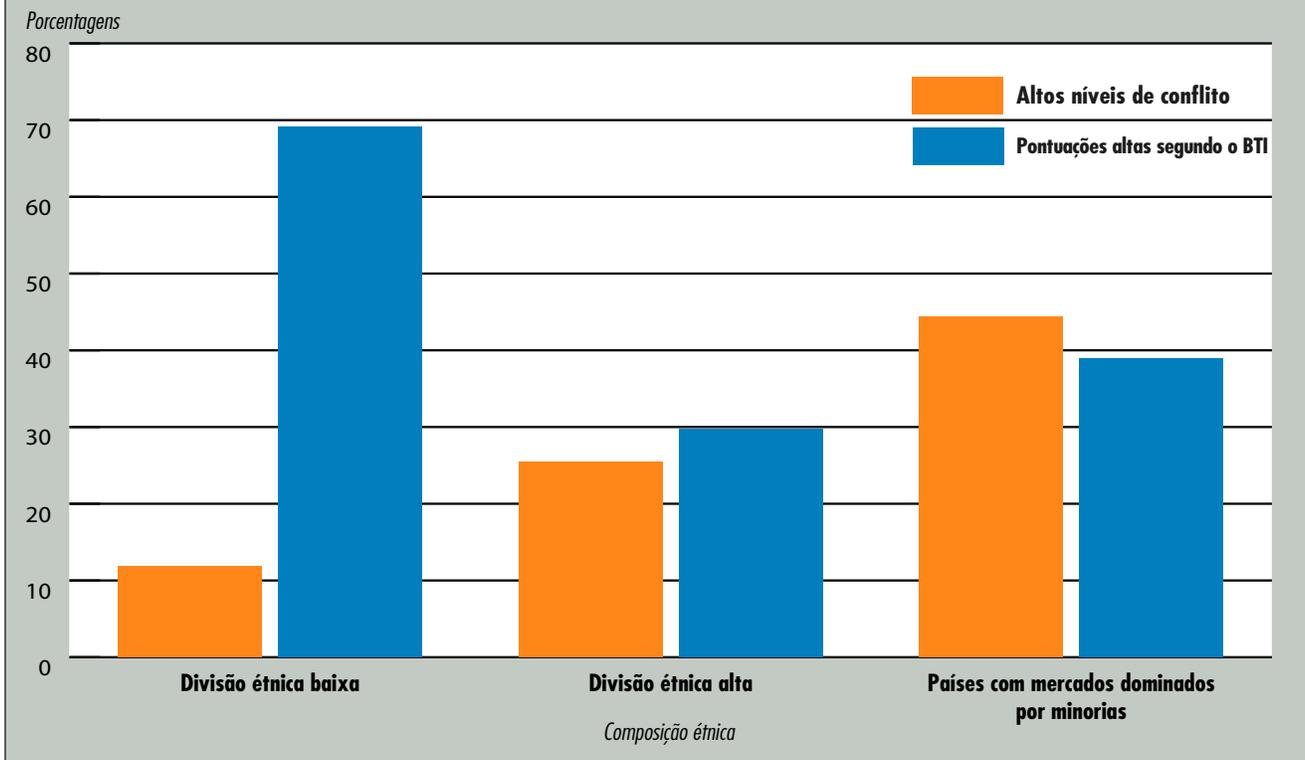
Nossos testes usaram dois conjuntos de dados multinacionais. A partir dos dados de diversidade étnica coletados pelo economista Alberto Alesina e seus colegas de Harvard, dividimos 125 países, todos em vários níveis

de transições política e econômica, em três categorias baseadas em sua composição étnica. Essas categorias são: países cujo mercado não é dominado por uma minoria e com divisão étnica baixa (42); países cujo mercado não é dominado por uma minoria e com divisão étnica alta (47); e todos os países cujo mercado é dominado por uma minoria (36).

Usando dados do Índice de Transformação Bertelsmann (BTI), comparamos os níveis de conflito social dos países e seus níveis de realização com relação às reformas democráticas e econômicas. O BTI avalia a situação política e econômica de 125 países em desenvolvimento e transição em uma escala de 11 pontos, variando de 0, mais baixo a 10, mais alto. Para facilitar a interpretação, agrupamos as pontuações em dois níveis, baixo (0-5) e alto (6-10), e a seguir calculamos as porcentagens de países que se encaixavam em cada nível.

A Figura 1 mostra os níveis médios de conflito social vividos pelas três categorias de países segundo a composição étnica. Os níveis de conflito são mais altos (5,3) em países com mercados dominados por uma minoria, seguidos de países com alta divisão étnica (4,9) e países com baixa divisão étnica (3,2).

Figura 2 Porcentagem de sociedades com altos níveis de conflito social e realizações de reformas por composição étnica



Como demonstra a Figura 2, entre os países que apresentam alto nível de conflito (6 ou mais na escala BTI), 44% deles têm o mercado dominado por uma minoria, 26% têm alta divisão étnica e 12%, baixa divisão étnica. Países com mercados dominados por uma minoria convivem com um nível significativamente mais alto de conflito ou violência sociais do que outros países.

A Figura 1 também mostra os níveis médios de reformas políticas e de livre mercado implementadas nas três categorias de países. Países com baixa divisão étnica apresentam o maior índice de realização de reformas políticas e econômicas combinadas (6,9), seguidos de países com mercados dominados por uma minoria (5,4) e países com alta divisão étnica (5,1). Entre os países com alto nível de reformas políticas e econômicas (6 ou mais na escala BTI), 69% deles são países com baixa divisão étnica, 39% são países com mercado dominado por uma minoria e 30%, países com alta divisão étnica (veja Figura 2).

RESULTADOS

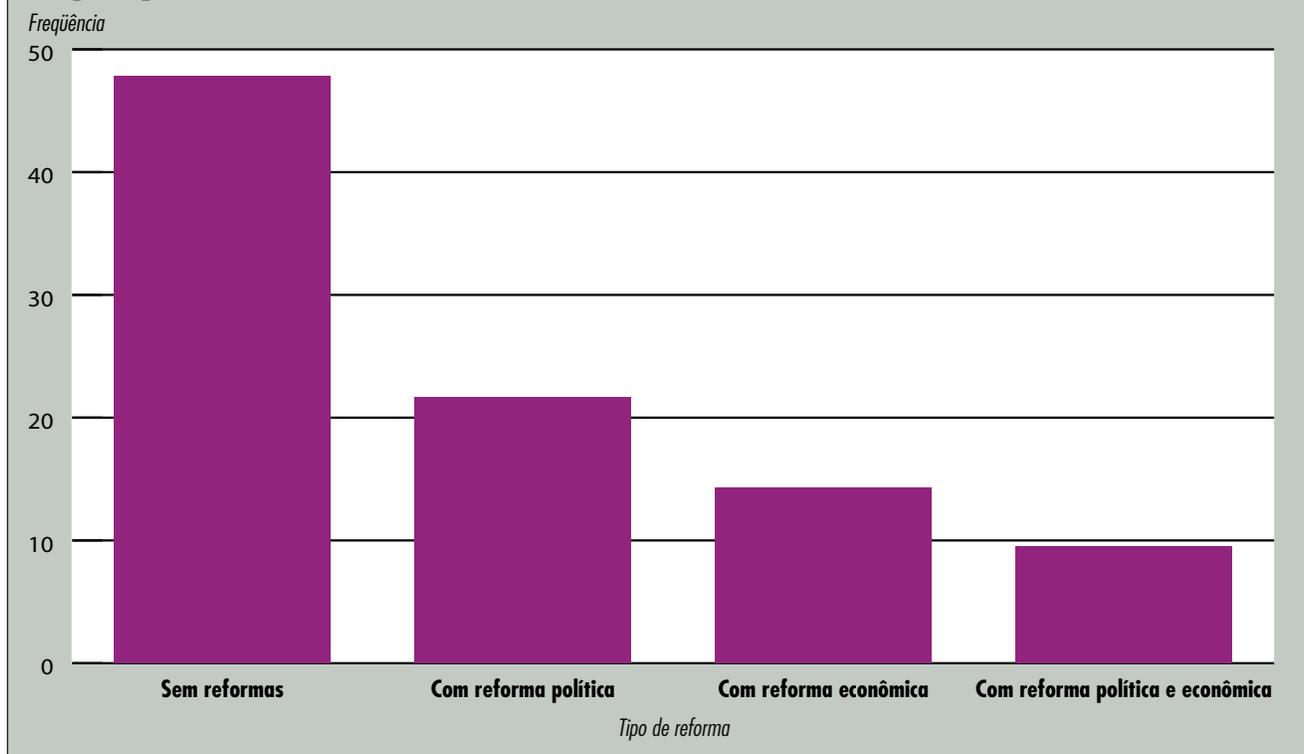
Esses resultados indicam que o alto nível de conflito social e violência nas sociedades etnicamente divididas dificulta a realização de reformas políticas e econômicas.

Contudo, ao contrário de outras pesquisas, a existência de minorias ricas de maneira desproporcional nessas sociedades não dificulta necessariamente a implementação dessas reformas.

Como a realização de reformas políticas e de livre mercado afetam o conflito étnico? Para explorar essa questão, dividimos os 125 países em transição em quatro grupos, com base nos níveis de realização de reformas, ou seja, os que não realizaram nenhuma reforma, os que realizaram uma das reformas e os que realizaram ambas as reformas. Os quatro padrões resultantes são: países sem reforma política nem econômica (32 países); países com reforma econômica (17); países com reforma política (13); e países com reformas política e econômica (63). O quarto padrão refere-se a países que implementaram a democratização e a marketização em paralelo. De acordo com outro acadêmico, esses são os países nos quais grupos étnicos divididos por linhas econômicas provavelmente se envolveriam em conflitos violentos.

Para cada padrão de reforma, a Figura 3 mostra a porcentagem de países que vivenciam alto nível de conflito social. Ao contrário do que indicam outras pesquisas, a incidência de conflito social é menor (10%) entre países que buscaram o desenvolvimento

Figura 3: Incidência de altos níveis de conflito social por padrões de reformas democrática e econômica



paralelo com êxito e mais alta (48%) entre países que não implementaram nenhuma das reformas. No nível intermediário estão os países que implementaram somente uma das reformas; 22% dos países com reforma política e 14% com reforma econômica vivenciam altos níveis de conflito social.

Os resultados indicam que à medida que os países transformam seus sistemas políticos e econômicos em democracias capitalistas bem-sucedidas, diminuem as chances de vivenciarem altos níveis de conflito social. Esses resultados são verdadeiros mesmo entre países com mercados dominados por uma minoria.

Nossa análise simples sugere que divisões étnicas de fato promovem conflito social e violência e, portanto, podem dificultar a transformação dos sistemas políticos e econômicos. A transformação bem-sucedida de ambos os sistemas, contudo, é um modo eficaz de reduzir os conflitos sociais e de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, mesmo em sociedades etnicamente divididas com mercados dominados por minorias. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Sobre Democracia e Desenvolvimento: Desafiando Extremos

Daniel Kaufmann



Walt Disney Pictures

Os navios piratas do século 18 eram mais democráticos e mais bem-sucedidos do que os navios mercantes e de guerra da época

A longo prazo, liberdade de expressão e de imprensa juntamente com responsabilidade democrática fazem a diferença positiva no desenvolvimento econômico, segundo Daniel Kaufmann. Kaufmann é diretor de governança global do Instituto do Banco Mundial.

Desenvolvimento econômico é impossível sem democracia? É fácil afirmar, com convicção, que democracia é pré-condição fundamental para uma economia de mercado eficiente e para o crescimento econômico. Ou afirmar que determinados sistemas democráticos, como os conhecemos no Ocidente industrializado, são o único modo de promover desenvolvimento econômico em outras partes do mundo.

Mas essas afirmações baseiam-se em dogmas ou evidências? Infelizmente, a análise de evidências empíricas aponta para uma resposta complicada. Isso não é um experimento das “ciências duras”, mas um desafio sutil para as ciências sociais e políticas.

EVIDÊNCIAS AMBÍGUAS

As evidências sobre os efeitos a curto prazo da democracia sobre o crescimento são ambíguas.

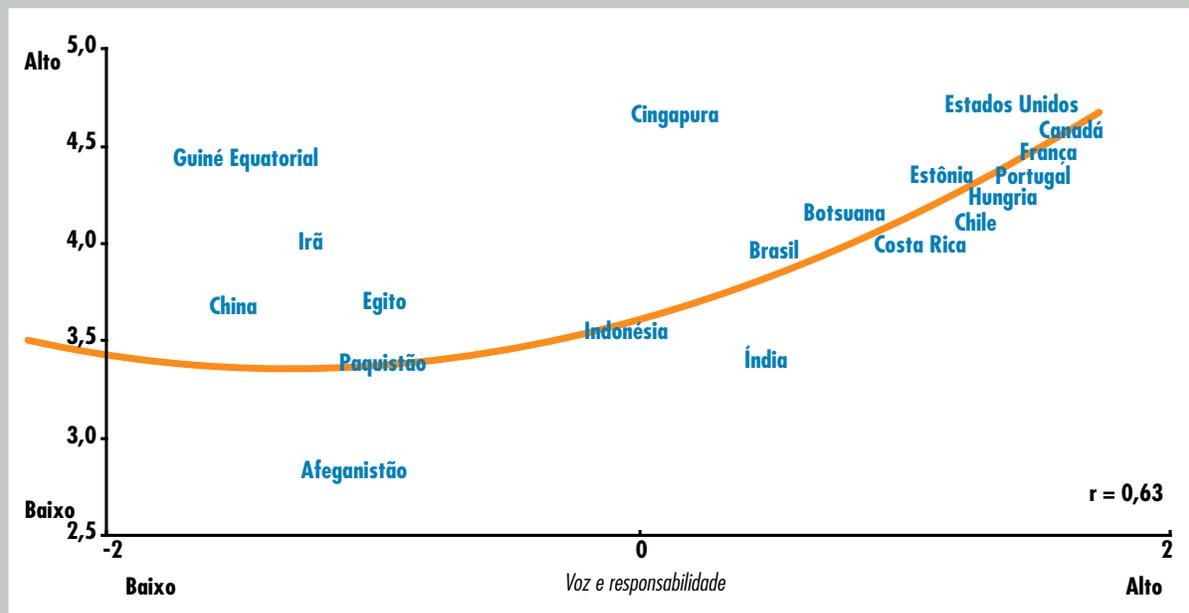
Mais de uma dezena de trabalhos de pesquisa sérios investigaram os efeitos da democracia sobre o crescimento econômico. Eles apresentam um quadro contraditório. Fazendo uso de grandes amostras de vários países, diversos estudos descobriram que, em média, a democracia não tem grande efeito sobre o crescimento. Outro estudo, contudo, que também encontra poucas evidências diretas da democratização afetando os índices de crescimento, mostra alguns efeitos indiretos

potencialmente importantes: a democracia pode estar associada a níveis mais altos de formação de capital humano, estabilidade política e macroeconômica e mercados liberalizados. Esses, por sua vez, levam a índices de crescimento mais elevados.

Outros pesquisadores encontraram evidências de que ações na direção da democratização em regimes

Figura 1: Voz e responsabilidade e renda per capita, 2006

Renda per capita (PPC)



Fontes: WDI 2007 e "Governance Matters VI: Governance Indicators for 1996-2006" [Questões de Governança VI: Indicadores de Governança para 1996 – 2006] de D. Kaufmann, A. Kraay e M. Mastruzzi, julho de 2007 www.govindicators.org

políticos altamente repressivos estão realmente associadas a índices de crescimento mais elevados. Mas além de certo nível de liberalização política, dizem, qualquer outra reforma democrática não se traduz, contudo, em índices de crescimento ainda mais elevados. Ao contrário, pode haver desaceleração de crescimento em níveis intermediários de liberalização política, segundo essas pesquisas. Mas outro estudo recente sugere que a transição para a democracia não está associada a crescimento mais lento.

Em resumo, com base nesses estudos, não há ligação causal e linear clara entre democracia e crescimento. Contudo, também não há forte base para concluir que liberalização política resulta em desaceleração de crescimento.

CURTO PRAZO, LONGO PRAZO

Esses estudos geralmente baseiam-se no curto prazo. Ademais, precisamos ter em mente um fato estilizado básico em desenvolvimento: independentemente do tipo de regime político, espera-se ver crescimento econômico mais rápido em países de renda mais baixa do que em países industrializados. Isso acontece porque países mais

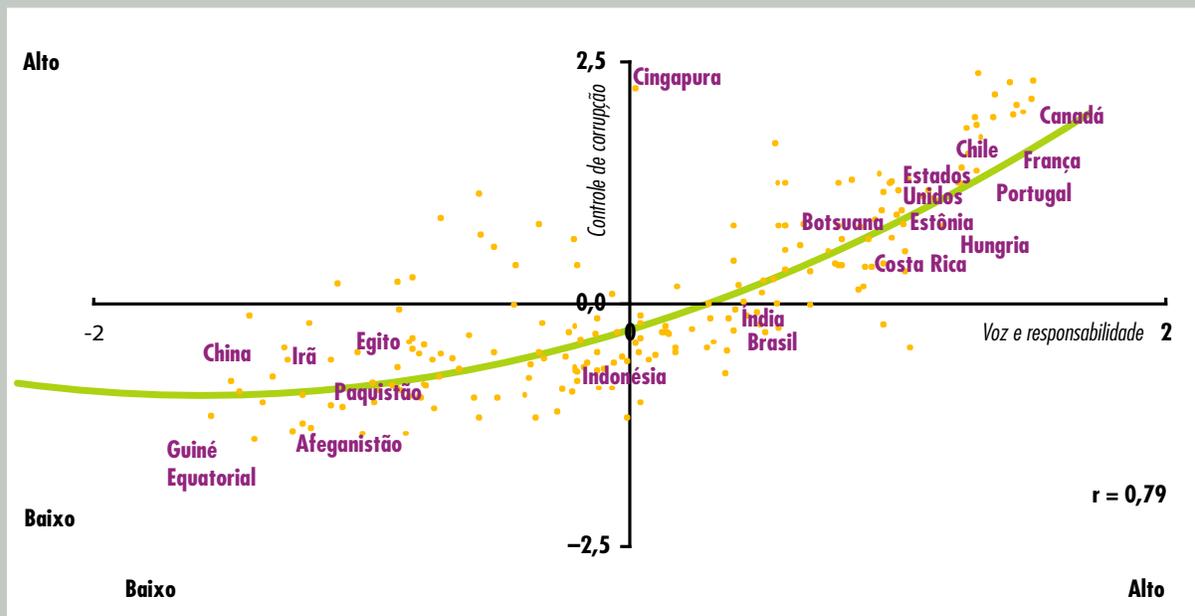
pobres têm potencial para recuperar o tempo perdido usando tecnologia existente dos países mais avançados para aumentar a produtividade. Em média, os países em desenvolvimento normalmente crescem a um ritmo mais elevado do que os países mais ricos. Compare-se, por exemplo, a China ou a Índia com os Estados Unidos ou a Alemanha.

Parte do crescimento mais lento observado durante a liberalização política pode, na verdade, refletir o menor número de oportunidades para tentar a recuperação do terreno perdido no campo da tecnologia em um cenário cada vez mais industrializado, e não a influência do regime político por si só. De qualquer forma, parece não haver ligação positiva convincente entre democracia e crescimento no curto prazo.

Mas considere-se o longo prazo e uma visão de democracia mais ampla.

Parte do problema pode estar em considerar a democracia de forma muito limitada como um sistema que realiza eleições e que permite mais de um partido político. Muitos países que não realizavam eleições há 20 anos, agora realizam e geralmente permitem mais de um partido, mesmo que às vezes de forma relutante.

Figura 2: Controle de corrupção e voz e responsabilidade



Fontes: WDI 2007 e "Governance Matters VI: Governance Indicators for 1996-2006" [Questões de Governança VI: Indicadores de Governança para 1996-2006] de D. Kaufmann, A. Kraay e M. Mastruzzi, julho de 2007 www.govindicators.org

Até que ponto esses países realizam eleições “livres e justas” é, naturalmente, outra questão. Além disso, devido aos incidentes eleitorais recentes no Quênia e no Zimbábue, por exemplo, a noção de “livres e justas” deveria ser ampliada para “limpas, livres e justas” para reconhecer mais explicitamente os desafios da corrupção, da compra de votos, da total manipulação da apuração dos votos e de outras formas de subverter a integridade eleitoral, que é apenas parcialmente captada pela noção de eleições “justas”. Ademais, tendo em vista o domínio da máquina política e de financiamento do governo em alguns países, a existência de mais de um partido não significa que haja contestação política significativa.

Isso também não significa que haja necessariamente liberdade de expressão. De fato, de acordo com a Casa da Liberdade, o número de países classificados como democracias cresceu de 75 (46% da mostra global total) em 1990 para 123 (64%) em 2006. Contudo, a Casa da Liberdade também afirma que de 1995 até o presente não houve melhora significativa na liberdade de imprensa, em média, em todo o mundo. Os dados de 2007 sugerem que somente 37% dos países têm uma imprensa completamente livre (27% para os países em desenvolvimento). Também segundo a Casa da Liberdade, bem mais de 40% das democracias mundiais (e quase

metade das democracias de países em desenvolvimento) não têm imprensa livre.

ELEVANDO A “VOZ”

Como resultado, noções estreitas sobre democracia ignoram o conceito mais amplo de “voz” — como sinônimo de liberdade de expressão e voz participativa e responsabilidade democrática. Em nosso trabalho de avaliação da governança (Indicadores de Governança Globais, ou WGI), um dos seis indicadores que construímos — voz e responsabilidade democrática — é baseado nessa definição mais ampla. Nossa pesquisa, bem — como a de outros acadêmicos, sugere haver uma ligação causal importante entre melhoria da governança e níveis de renda mais elevados.

A Figura 1 mostra a ligação entre voz e responsabilidade democrática, de um lado, e renda per capita em todo o mundo, do outro. Ao contrário dos estudos de curto prazo citados anteriormente, essa ligação pode ser interpretada como uma tendência de longo prazo. As evidências sugerem que enquanto a ligação de curto prazo entre democracia formal e crescimento econômico talvez não seja muito clara, há uma ligação forte entre voz e responsabilidade democrática,

amplamente definida, por um lado, e desenvolvimento econômico, do outro — no longo prazo.

De maneira mais especulativa, um importante canal por meio do qual a voz participativa pode promover desenvolvimento econômico é o controle da corrupção: mais liberdade de expressão, transparência e contestação política podem impor importantes controles sobre a corrupção sistêmica. E a importância de controlar a corrupção para o desenvolvimento econômico foi mostrada previamente em estudos. A associação particular entre voz e controle da corrupção pode ser vista na Figura 2.

Contudo, as figuras 1 e 2 também mostram que nenhuma dessas ligações é absoluta: exceções (desvios) existem, tais como Cingapura na Figura 2, por exemplo. Naturalmente, Cingapura, cidade-Estado que teve pontuação alta nas principais áreas de governança além da voz, é um caso especial, não podendo ser facilmente reproduzido em países maiores.

NAVIOS PIRATAS

Analisar esses tipos de ligações nas ciências sociais exige mais do que o exame de grandes conjuntos de dados agregados de vários países. Examinar estudos de caso e microdados detalhados dos países também é essencial.

Há mais de uma década pesquisamos os determinantes de sucesso de projetos de investimento de países em desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial. Como era de se esperar, descobrimos que a qualidade das políticas econômicas realmente importava. O mais surpreendente, pelo menos para economistas, foi descobrir que as liberdades civis também faziam diferença significativa: quanto mais fortes são as liberdades civis de um país em desenvolvimento, mais prováveis são as chances de sucesso do projeto de investimento.

Estudos de caso históricos “micro” podem fornecer outras idéias. Uma jóia de artigo de um historiador econômico, recém-publicado, compara a organização interna de navios piratas, mercantes e de guerra nos anos 1700. Navios mercantes e de guerra eram ditaduras absolutas, onde o capitão detinha autoridade incontestada. Navios piratas, ao contrário, tinham estruturas e regulamentos democráticos formais (muitas vezes por escrito) — Estado de Direito interno — dividindo autoridade entre o capitão e a tripulação. Havia freios e contrapesos sobre a autoridade do capitão. E estatutos especificavam como o espólio da pirataria deveria ser dividido. Conclusão: navios piratas eram extraordinariamente bem-sucedidos ao permitir cooperação interna — entre um bando de caras com espadas sedentos de sangue. Eram empreendimentos

muito bem-sucedidos, muito diferentes das condições autoritárias e conflituosas dos navios comerciais e de guerra daquela época.

A democracia é pré-condição essencial para crescimento rápido? Ou será que a responsabilidade democrática não é importante para o desenvolvimento de longo prazo? Nem uma coisa, nem outra, concluímos.

MAIS DO QUE ELEIÇÕES

De modo geral, instituições políticas e de governança que promovam mais contestação política, responsabilidade e freios e contrapesos podem fazer diferença para o desenvolvimento econômico no longo prazo. No curto prazo, essa ligação é menos clara.

Também é importante ter uma perspectiva mais ampla englobando uma gama completa de liberdade de expressão, voz e responsabilidade democrática. Definições estreitas de democracia baseadas unicamente na realização ou não de eleições (ou se mais de um partido existe no papel ou não) deixam, com frequência, de ter mais atributos de voz participativa.

Também é importante ter uma visão maior e mais ampla, tendo em vista as evidências de que transições democráticas são difíceis. Resultados econômicos podem variar no curto prazo depois de tais transições democráticas, e reveses podem ocorrer. O desenvolvimento é um processo complexo, árduo e, na maioria das vezes, frágil. Várias lições sobre desenvolvimento, tais como estabilidade macroeconômica e baixo nível de corrupção, geralmente se aplicam, mas não há um modelo único para o desenvolvimento bem-sucedido.

Contudo, evidências sugerem que liberdades civis e liberdade de expressão podem levar a um sistema mais transparente e melhor administrado e a um desenvolvimento econômico mais participativo e robusto. Além de eleições limpas, livres e justas e sistemas políticos multipartidários mais eficazes, imprensa livre e outros meios de comunicação fortes são igualmente importantes. No mundo de hoje, inovações na mídia social, tais como produção de blogues e mensagens de texto, complementando transmissões de rádios comunitárias em áreas rurais carentes, estão mudando o significado de voz e responsabilidade democrática, com vasto potencial para ajudar a melhorar a governança e os resultados de desenvolvimento. ■

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição nem as políticas do Banco Mundial e do governo dos EUA.

Mercados mais Livres Levarão a um Governo mais Democrático na Rússia?

Anders Åslund



© AP Images

Os russos continuam votando, mesmo ao se afastarem da democracia

A Rússia voltou a adotar um modelo de governo autoritário, diz Anders Åslund, apesar do êxito econômico, do nível de educação e da sociedade relativamente aberta. Na sua opinião, a causa disso é a corrupção. Åslund, que é membro sênior do Instituto Peterson de Economia Internacional, é autor do livro Russia's Capitalist Revolution: Why Market Reform Succeeded and Democracy Failed [Revolução Capitalista na Rússia: Por que a Reforma do Mercado Teve Êxito e a Democracia Fracassou] (Instituto Peterson de Economia Internacional, 2007).

Durante as três últimas décadas, a democracia teve uma expansão extraordinária no mundo. O que o cientista político Samuel Huntington chamou

de a “terceira onda” da democratização — com início na Espanha e em Portugal em meados de 1970 — aumentou o número de democracias no mundo de 41 em 1974 para 123 em 2007, segundo análise abalizada da Casa da Liberdade. Pela primeira vez na história mundial, a maioria dos seres humanos vive em países democráticos.

Em artigo de grande relevância publicado em 1959, o influente sociólogo político Seymour Martin Lipset declarou que a probabilidade de um país se tornar democrático aumentava de acordo com seu nível de renda, o nível de instrução da população e o nível de abertura ao comércio exterior e às viagens.

Uma vez que a renda mundial, a educação e a abertura aumentaram muito nas últimas três décadas, o avanço



O presidente Dmitry Medvedev e o primeiro-ministro Vladimir Putin: o autoritarismo ainda pode durar muito?

da democracia não surpreende. Em geral, democracia e mercados mais livres caminham juntos, mas a correlação não é tão sólida.

Além disso, nos últimos anos, alguns países proeminentes deram as costas à democracia. Os exemplos mais notáveis são Rússia, Nigéria e Venezuela, e este artigo concentra-se na Rússia. Muitos também apontam a China, que teve um crescimento surpreendente nas três últimas décadas e ainda assim continua fortemente autoritária.

Em artigo recente, o intelectual neoconservador Robert Kagan comentou: “Agora parece que quanto mais rico o país fica, seja ele a China ou a Rússia, mais fácil é para os autocratas manter o poder. Mais dinheiro deixa a burguesia contente e possibilita ao governo arrebancar os poucos descontentes que revelam seus sentimentos na internet.”

Contudo, ainda é muito cedo para tirar essas conclusões pessimistas. Diferente da Rússia, a China ainda é um país em desenvolvimento. Ainda hoje o produto interno bruto (PIB) per capita da China, com base nas atuais taxas de câmbio, é apenas um quarto do PIB da Rússia. De acordo com os padrões tradicionais de Lipset, a China seria considerada autoritária.

CONTRADIÇÃO

A Rússia, porém, é muito rica, muito instruída e muito aberta para ser tão autoritária. Quanto mais o país cresce, maior é a contradição entre um sistema político cada vez mais obsoleto e uma economia e uma sociedade que se modernizam rapidamente. A Rússia tornou-se um caso atípico.

Atualmente, o PIB per capita da Rússia, mensurado segundo a paridade do poder de compra, ou seja, o padrão de vida, é um respeitável terço do da União Européia.

Somente oito países no mundo são mais ricos do que a Rússia e ainda não são democracias: Cingapura e sete pequenos países petrolíferos. A Rússia é muito maior e menos dependente de petróleo e gás do que qualquer um desses países petrolíferos autoritários.

Muitos cientistas políticos apontam a atual abundância da receita de petróleo da Rússia como a principal fonte do seu autoritarismo remanescente. Em um excelente livro com análise regressiva de vários países, o professor Steven Fish, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, apresenta três causas para o autoritarismo da Rússia: muito petróleo, pouca regulamentação econômica e um legislativo bastante frágil.

O principal especialista em história russa, o professor Richard Pipes, de Harvard, enfatiza a forte tradição autoritária do país tanto na prática como nas idéias. A atual nostalgia pós-imperialista também contribui, assim como a estabilização pós-revolução. Os russos estão cansados da política e atribuem as dificuldades econômicas dos anos 1990 não ao colapso do comunismo, mas à democracia que se seguiu. Eles elogiam o ex-presidente Vladimir Putin por manter o crescimento econômico em 7% ao ano desde 1999.

A questão sobre se o autoritarismo russo é sustentável é mais bem respondida quando se esclarece sua finalidade. Desde 2003, quando a Rússia se tornou realmente autoritária, não foram feitas reformas, portanto, esse não era o objetivo.

Por outro lado, o grande desenvolvimento tem aumentado a corrupção no país, embora a corrupção normalmente diminua quando cresce a riqueza de uma nação, e tem diminuído na maioria dos outros países pós-comunistas. Segundo a Transparência Internacional, o único país no mundo mais rico e mais corrupto do que a Rússia é a Guiné Equatorial, o que certamente não é um padrão condizente com a história de uma grande nação.

CORRUPÇÃO EM LARGA ESCALA

Relatórios russos independentes e fidedignos, como *Putin: The Results* [*Putin: Os Resultados*], de Vladimir Milov e Boris Nemtsov, registram subornos nos principais projetos de infra-estrutura não inferiores a uma variação de 20% a 50% do total do custo do projeto. Altos funcionários russos roubam muitos milhões de dólares do Estado e de suas empresas a cada ano. Um grupo de funcionários do serviço de inteligência da KGB ocupa altos postos nas empresas estatais e esgotam seu dinheiro para comprar boas empresas privadas com verbas do Estado e empréstimos de bancos estrangeiros.



Sede da Gazprom, que detém o monopólio de gás natural: os altos preços da energia ajudaram a manter vivo o regime autoritário

Presume-se que nenhum país tenha conhecimento de corrupção em tão ampla escala e em tão alto escalão como a que ocorre na Rússia no momento. Isso certamente não poderá durar por muito tempo. O Estado está ficando bastante ineficiente. A situação é insustentável até mesmo no curto prazo. Algum governante russo precisa iniciar uma firme trajetória

anticorrupção, mas isso pode ser desestabilizador por si mesmo.

A corrupção agravou-se com o confisco da empresa petrolífera Yukos, iniciado em 2003. Desde então, uma após outra, grandes empresas privadas bem administradas vêm sendo renacionalizadas. Curiosamente, não existe um objetivo ideológico, mas a nacionalização parece ser um meio para que funcionários do governo confiscuem bens de forma barata ou exijam propinas.

Assim, o papel cada vez maior do Estado na economia russa tem sido acompanhado pelo aumento da corrupção. Mercados mais livres diminuiriam a corrupção e, com isso, os altos funcionários não precisariam de tanto autoritarismo. O Estado canaliza a riqueza do petróleo para seus altos funcionários, e um mercado mais livre não permitiria que isso acontecesse.

Como é natural, essa corrupção em larga escala atrasa o crescimento econômico. Atualmente, a produção de petróleo e gás natural começa a cair. A Rússia consegue manter essa grande corrupção somente por causa do elevado preço do petróleo ainda em alta. Se o preço do petróleo caísse, os russos poderiam se perguntar aonde foi parar todo o dinheiro, e aquilo que já é do conhecimento de alguns se tornaria evidente para todos.

Nenhuma grande nação, com uma população instruída, conseguiu manter um regime autoritário ou tanta corrupção tendo o nível de desenvolvimento econômico que tem a Rússia. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Bibliografia

Leituras complementares sobre mercados e democracia

Åslund, Anders. *How Capitalism Was Built: The Transformation of Central and Eastern Europe, Russia and Central Asia [Como o Capitalismo foi Construído: A Transformação da Europa Central e Oriental, da Rússia e da Ásia Central]*. Nova York, NY: Cambridge University Press, 2007.

Åslund, Anders. *Russia's Capitalist Revolution: Why Market Reform Succeeded and Democracy Failed [Revolução Capitalista na Rússia: Por que a Reforma do Mercado Teve Êxito e a Democracia Fracassou]*. Washington, DC: Instituto Peterson de Economia Internacional, 2007.

Barro, Robert J. "Democracy and Growth" ["Democracia e Crescimento"]. *Journal of Economic Growth*, vol. 1 (1996): pp. 1-27.

Baum, Matthew A. e David A. Lake. "The Political Economy of Growth: Democracy and Human Capital" ["A Economia Política do Crescimento: Democracia e Capital Humano"]. *American Journal of Political Science*, vol.47, no. 2 (2003): pp. 333-347.

Comeau, Ludovic Jr. "Democracy and Economic Growth: A Relationship Revisited" ["Democracia e Crescimento Econômico: Reavaliação de uma Relação"]. *Eastern Economic Journal*, vol.29, no. 1 (2003): pp. 1-21.

Dabrowski, Marek, Ben Slay, Jaroslaw Neneman, orgs. *Beyond Transition: Development Perspectives and Dilemmas [Além da Transição: Perspectivas e Dilemas do Desenvolvimento]*. Aldershot, Hants, Inglaterra; Burlington, Vermont: Ashgate, 2004.

Doucouliaqos, Hristos e Mehmet Ali Ulubasoglu. "Democracy and Economic Growth: A Meta-Analysis" ["Democracia e Crescimento Econômico: Meta-Análise"]. *American Journal of Political Science*, vol.52, no. 1 (2008): pp. 61-83.

Feng, Yi. "Democracy, Political Stability and Economic Growth" ["Democracia, Estabilidade Política e Crescimento Econômico"]. *British Journal of Political Science*, vol.27, no. 3 (1997): pp. 391-418.

Gasiorowski, Mark J. "Democracy and Macroeconomic Performance in Underdeveloped Countries" ["Democracia e Desempenho Macroeconômico nos Países Subdesenvolvidos"]. *Comparative Political Studies*, vol.33, no. 3 (2000): pp. 319-349.

Gerring, John, William T. Barndt e Philip Bond. "Democracy and Growth: A Historical Perspective" ["Democracia e Crescimento: Uma Perspectiva Histórica"]. *World Politics*, vol.57, no. 3 (2005): pp. 323-364.

Geo, Uk e Alexander C. Tan. "Democracy and Economic Growth: A Causal Analysis" ["Democracia e Crescimento Econômico: Uma Análise Causal"]. *Comparative Politics*, vol. 33, no. 4 (2001): pp. 463-473.

Graham, Carol e Susan M. Collins, orgs. *Brookings Trade Forum, 2004 [Fórum de Negócios do Brookings, 2004]*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2004.

Graham, Carol e Stefano Pettinato. *Happiness and Hardship: Opportunity and Insecurity in New Market Economies [Felicidade e Sofrimento: Oportunidade e Insegurança em Novas Economias de Mercado]*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2002.

Harrison, Lawrence E. *The Central Liberal Truth: How Politics Can Change a Culture and Save It from Itself [A Principal Verdade Liberal: Como os Políticos Podem Mudar uma Cultura e Salvá-la dela Mesma]*. Nova York, NY: Oxford University Press, 2006.

Harrison, Lawrence E. e Peter L. Berger, orgs. *Developing Cultures: Case Studies [Desenvolvendo Culturas: Estudos de Casos]*. Nova York, NY: Routledge, 2006.

Harrison, Lawrence e Jerome Kagan, orgs. *Developing Cultures: Essays on Cultural Change [Desenvolvendo Culturas: Ensaio sobre Mudanças Culturais]*. Nova York, NY: Routledge, 2006.

Kaufmann, Daniel, Aart Kraay e Massimo Mastruzzi. "Governance Matters VI, Governance Indicators for 1996-2004" [Questões sobre Governança VI, Indicadores de Governança para 1996-2004]. World Bank Policy Research Working Paper No. 4280 (2007). http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=999979.

Kaufmann, Daniel e Aart Kraay. "Growth Without Governance" ["Crescimento sem Governança"]. World Bank Policy Research Working Paper No. 2928 (2002). http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=316861.

Kaufmann, Daniel, Aart Kraay e Massimo Mastruzzi. "Governance Matters VI, Governance Indicators for 1996-2004" [Questões sobre Governança IV, Indicadores

de Governança para 1996-2004”.] World Bank Policy Research Working Paper No. 3630 (2005).
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=718081.

Kaufmann, Daniel, Joel Hellman e Geraint Jones. “Seize the State, Seize the Day: State Capture, Corruption and Influence in Transition” [“Tire Proveito do Estado, Tire Proveito do Dia: Captura do Estado, Corrupção e Influência em Transição”]. World Bank Policy Research Working Paper No. 2444 (2000).
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=240555.

Kaufmann, Daniel, Lant Pritchett e Jonathan Isham. “Civil Liberties, Democracy, and the Performance of Government Projects” [Liberdades Civas, Democracia e Desempenho de Projetos do Governo”. *World Bank Economic Review*, vol. 11, no. 2 (1997): pp. 219-242.
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1116669.

Leeson, Peter T. “An-arrgh-chy: The Law of Economics of Pirate Organization” [“Arrgh-chy: A Lei da Economia da Pirataria”]. *Journal of Political Economy*, vol. 115, no. 6 (2007): pp. 1049-1094.

Mandelbaum, Michael. *Democracy's Good Name: The Rise and Risks of the World's Most Popular Form of Government* [O Bom Nome da Democracia: A Ascensão e os Riscos da Forma de Governo Mais Popular do Mundo]. Nova York, NY: Public Affairs, 2007.

Oppenheim, Lois H. *Politics in Chile: Socialism, Authoritarianism, and Market Democracy* [Política no Chile: Socialismo, Autoritarismo e Democracia de Mercado] 3ª edição Boulder, Colorado: Westview Press, 2007.

Padayachee, Vishnu, orgs. *The Development Decade?: Economic and Social Change in South Africa, 1994-2004* [A Década do Desenvolvimento?: Mudança Econômica e Social na África do Sul, 1994-2004]. Cape Town, África do Sul: HSRC Press, 2006.

Persson, Torsten e Tabellini, Guido, 2007. “The Growth Effect of Democracy: Is It Heterogeneous and How Can It Be Estimated?” [“O Efeito do Crescimento da Democracia: É Heterogêneo e Como Pode Ser Avaliado?”] CEPR Discussion Papers 6339 (2007).
<http://ideas.repec.org/p/cpr/ceprdp/6339.html>

Przeworski, Adam. “Democracy and Economic Development”, The Evolution of Political Knowledge, [“Democracia e Desenvolvimento Econômico”, *A Evolução do Conhecimento Político*], organizado por Edward D. Mansfield e Richard Sisson. Columbus, Ohio: Ohio State University Press, 2004.

Plumper, Thomas e Christian W. Martin. “Democracy, Government Spending and Economic Growth: A Political-Economic Explanation of the Barro-Effect”

[“Democracia, Gastos do Governo e Crescimento Econômico: Uma Explicação Política-Econômica do Efeito-Barro”]. *Public Choice*, vol. 117 (2003): pp. 27-50.

Root, Amanda. *Market Citizenship: Experiments in Democracy and Globalization* [Cidadania de Mercado: Experiências em Democracia e Globalização]. Los Angeles, Califórnia: Sage, 2007.

Shin, Doh Chull e Russell J. Dalton, orgs. *Citizens, Democracy, and Markets Around the Pacific Rim: Congruence Theory and Political Culture* [Cidadãos, Democracia e Mercados na Bacia do Pacífico: Teoria da Congruência e Cultura Política]. Nova York, NY: Oxford University Press, 2006.

Tavares, Jose e Romain Wacziarg. “How Democracy Affects Growth” [“Como a Democracia Afeta o Crescimento”]. *World Bank Economic Review*, vol. 45 (2000): pp. 1341-1378.

Tsai, Kellee S. *Capitalism Without Democracy: The Private Sector in Contemporary China* [Capitalismo sem Democracia: O Setor Privado na China Contemporânea]. Ithaca, NY: Oxford University Press, 2007.

FILMOGRAFIA

Esses documentários estão disponíveis no Catálogo de Vídeo 2008 do Departamento de Estado:

Africa Open for Business [A África Abre as Portas para os Negócios] (2005)

Duração: 60 minutos

Sinopse: Esse documentário desafia os estereótipos e prova que a África não pode ser definida tão facilmente. Traça o perfil de empresas em vários países africanos: Nigéria, Quênia, Gana, Lesoto, Senegal, Botsuana, Uganda, Zimbábue e Somália.

Commanding Heights [Controlando as Alturas] (2002)

Duração: 60 minutos cada parte

Sinopse: Esse seriado do Serviço Público de Radiodifusão (PBS) conta os bastidores da nova economia mundial, a luta entre governos e mercados e a batalha em torno da globalização.

The Women's Bank of Bangladesh [O Banco da Mulher em Bangladesh] (1996)

Duração: 47 minutos

Sinopse: O famoso Grameen Bank faz empréstimos apenas para pequenos negócios comandados por mulheres. O filme acompanha as atividades diárias de três mulheres que fizeram empréstimos para financiar indústrias caseiras.



America.gov
Telling America's Story

Home page de eJournal USA

<http://www.america.gov>



**UMA REVISTA
MENSAL
OFERECIDA
EM DIVERSOS
IDIOMAS**

